



ASSINATURA DOS PROTOCOLOS MAREESS E PARES 3.0

15 mil trabalhadores para IPSS 110 milhões para equipamentos



Primeiro-ministro manifesta solidariedade aos que dão o melhor no combate à pandemia



BRAGA
Casa da Alegria é resposta pioneira e inovadora ao Alzheimer e outras demências



BEJA
Comissão Instaladora da UDIPSS essencial na pandemia e preparação do ato eleitoral



SANTARÉM
União Distrital aposta na proximidade e valorização das instituições associadas

WWW.SOMOSIPSS.PT

Adesão ao projeto é uma mais-valia para as instituições

José Leirião
Membro da CNIS



A Economia Social na Europa

Desde a Comissão Barroso que foi deliberado pelo parlamento Europeu a constituição de um grupo constituído por seis deputados e dois membros do Comité Económico e Social europeu com o objectivo de estabelecer um diálogo político com a Comissão Europeia no sentido de ser estabelecido um plano de acção para soltar o enorme potencial representado pelas instituições de economia social através de Cooperativas, Mutualidades, Associações, Fundações e IPSS, as quais representam um enorme potencial de participação no mercado interno europeu promovendo o crescimento do emprego e da criação de riqueza.

Durante o mandato da Comissão anterior (Junker) o Intergrupo de Economia Social ainda conseguiu que a Comissão integrasse no seu plano de ação a promoção da economia social, mas não houve desenvolvimento significativo.

A dimensão da economia social na Europa é muito significativa:

No final de 2018 existiam 2.9 milhões de organizações de economia social

Empregam cerca de 13.6 milhões de pessoas
Contribuem com 8% do total do PIB europeu.

Infelizmente, a Comissão Junker *não* seguiu as propostas do Intergrupo de Economia Social, principalmente as disposições sobre mais e melhor acesso ao sistema financeiro e um estatuto europeu específico para as instituições e empresas de Economia Social que lhes reconheça o direito de actuarem no mercado interno sem restrições de forma a promover o crescimento económico, do emprego e o reconhecimento de parceiro no desenvolvimento da economia europeia. Certamente temos aqui mãozinha de lobby...

A nova Comissão Von der Leyn já nomeou 6 deputados para formarem o novo intergrupo de Economia Social (infelizmente nenhum

português integra este grupo) que já iniciou o seu trabalho que começou por colocar na agenda da Comissão os objectivos do Intergrupo. Esperemos que esta Comissão efectivamente considere a Economia Social como parceira para o acelerar do desenvolvimento económico do mercado interno.

Muito importante também será os Estados Membros desenvolverem um diálogo com as organizações de Economia Social, especificamente as Confederações, como por exemplo no Luxemburgo e França, no sentido da criação de um departamento de Economia Social, na organização do Ministério da Economia.

Portugal vai assumir em Janeiro a próxima presidência da União Europeia e seria importante Portugal colocar a Economia Social na agenda europeia.

PROTOCOLO ENTRE CRUZ VERMELHA E INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL

Brigadas de Intervenção Rápida para ajudar lares de idosos a lidar com a Covid-19

O Instituto de Segurança Social (ISS) e Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) assinaram, a 4 de setembro, um protocolo de criação de Brigadas de Intervenção Rápida (BIR) que visa garantir que há uma resposta “pronta a intervir” quando as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e Lares Residenciais ficam sem pessoal devido a surtos graves de Covid-19.

Cerca de 400 profissionais vão integrar as Brigadas de Intervenção Rápida que deverão começar a funcionar este mês para dar apoio imediato a lares atingidos por surtos de covid-19, anunciou a ministra da Segurança Social.

Cada distrito terá uma brigada que será composta por uma equipa multidisciplinar. “Serão 18 brigadas nos 18 distritos do país com cerca de 400 pessoas. As brigadas vão ter médicos, enfermeiros, psicólogos e auxiliares de técnicos de lares”, explicou a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho.

O objetivo das brigadas é garantir que há

uma resposta “pronta a intervir” quando as instituições ficam sem pessoal devido a surtos graves de covid, acrescentou a ministra à margem da assinatura do protocolo de criação das brigadas celebrado entre o Instituto da Segurança Social (ISS) e a Cruz Vermelha Portuguesa, em que esteve presente o presidente da CNIS, padre Lino Maia.

Segundo a ministra, as 18 brigadas terão diferentes dimensões em função dos distritos e do número de instituições que exista em cada região.

“É um instrumento novo para procurar antecipar e reforçar a capacidade para estarmos preparados para o outono”, disse, acrescentando que “o objetivo é estas brigadas entrarem em funcionamento ainda este mês”.

Sobre a possibilidade de aumentar os elementos das equipas, Ana Mendes Godinho disse apenas que será feita uma avaliação sistemática “à dimensão em função das necessidades”.

“Vão ser dias muito duros, muito exigentes”,

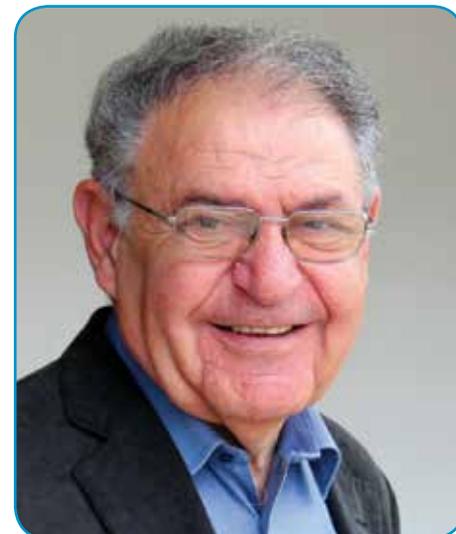
reconheceu por seu turno o presidente do ISS, Rui Fiolhais, acrescentando que “em cada distrito haverá, pelo menos, um médico” das brigadas.

Apoio psicossocial, auxiliares de ação direta, auxiliares de geriatria e de limpeza serão outros dos profissionais presentes nas brigadas que vão estar prontas a agir.

Este projeto pretende “garantir que não chegamos tarde onde temos de chegar cedo”, acrescentou Rui Fiolhais, lembrando que estas equipas são apenas mais um instrumento de apoio aos lares preparadas para responder a novos surtos, como os que aconteceram em Reguengos de Monsaraz ou no Barreiro.

A constituição e gestão das BIR é assegurada pela CVP em articulação direta com o ISS, via Centros Distritais, a quem caberá sinalizar prioridades de intervenção e solicitação à CVP para mobilização de equipas que devem manter-se em estado de prontidão para atuarem de imediato após serem acionadas.

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Brigadas de Intervenção Rápida

1. Sob o patrocínio da Ministra do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, no dia 4 de Setembro foi celebrado o Protocolo de Criação das Brigadas de Intervenção Rápida. São seus subscritores o Instituto da Segurança Social (ISS) e a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP).

O Protocolo visa estabelecer uma parceria que promova o apoio às respostas sociais e às populações mais vulneráveis no contexto de pandemia provocada pela COVID-19, através da constituição de uma rede nacional de Brigadas de Intervenção Rápida para fazer face à ocorrência de surtos nas respostas sociais de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e Lar Residencial (LR).

Estas Brigadas são compostas por pessoal ajudante de ação direta, auxiliares de serviços gerais, enfermeiros, psicólogos e médicos, num total de cerca de 400 efetivos, com capacidade de ação imediata na contenção e estabilização de surtos em ERPI, Lares residenciais e outras respostas de acolhimento residencial, designadamente em situações de falência do funcionamento da resposta social e durante o estrito espaço de tempo necessário para que a resposta se reorganize e consiga assegurar o seu regular funcionamento.

A constituição e gestão das Brigadas é assegurada pela CVP, em articulação direta com o ISS, via Centros Distritais, a quem cabe sinalizar prioridades de intervenção e solicitação à CVP para mobilização de equipas. O objectivo é garantir que nos 18 distritos do Portugal Continental haja uma resposta “pronta a intervir” quando as Instituições ficam sem pessoal. A distribuição por distrito é ajustada à sua dimensão geográfica e populacional.

2. Durante algum tempo, falou-se de um certo “milagre português”. E parece ter chegado a haver vontade de exportar a ideia da menor expressão e do maior controlo do Covid-19 entre nós. Agora, porém, confrontamo-nos com a realidade de um vírus que, não tendo nacionalidade também não reconhece fronteiras.

Estamos num planalto, com a persistência de um elevado número de contágios infecciosos que não está a ser acompanhado por igual número de recuperações. E, sabendo-se que tardará a desejada vacina, não há perspectivas sobre a eficácia de qualquer remédio...

Nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) e nos Lares Residenciais do Sector

Social Solidário temos mais de 80.000 utentes. Provavelmente haverá outros tantos nos Lares legalizados e nos clandestinos.

Se há idosos que são atirados para as ERPI e outras pessoas para os Lares, porém, a grande maioria dos que aí estabelecem a sua morada encontra condições logísticas, de conforto, de segurança, de serviço e de sociabilidade como jamais teria experimentado. Mas é ali que também estão pessoas normalmente muito frágeis, com múltiplas dependências ou com um histórico de saúde muitas vezes complicado, carecidos de afeto, de proteção e de múltiplos cuidados. Também é por aí que estão muitas pessoas que, noutras condições, se confrontariam com o abandono numa solidão que muito mais os fragilizaria.

Claro que os Lares - Residenciais ou de Idosos - a todos nos devem ocupar e preocupar. Não porque seja das pessoas que fazem do Lar a sua casa que venha o vírus. Mas, porque para ali ele mesmo possa ser transportado involuntariamente e ali encontrar condições de fácil propagação, vitimando utentes, trabalhadores e dirigentes..

Nesta pandemia que nos aflige, sem recorrer a uma linguagem milagreira, comparativamente com outros países, podemos com verdade dizer que, entre nós, são menores os números de contaminações por Covid-19 e de letalidade em Lares. Certamente

porque a realidade portuguesa é bem diferente: são as comunidades que se mobilizam, erguem e gerem os Lares, com envolvimento comunitários e proximidades interessadas de trabalhadores e dirigentes. E é a mesma comunidade que ergueu o Lar e que com ele está em comunhão que sofre com um doente e chora uma morte.

3. O Outono, que aí vem, faz-nos temer e tremer. É importante não baixar a guarda.

É fundamental a resiliência dos dirigentes e a dedicação cuidada dos trabalhadores.

É necessário que haja apoio público para testar e para dotar todas as Instituições dos necessários equipamentos de proteção individual.

É imperioso que haja uma bem conduzida campanha de vacinação generalizada contra a gripe, porque qualquer gripe e qualquer constipação podem ser confundidas com contágios do Covid-19 e provocar situações de pânico.

Apesar de todas as prevenções e de todos os cuidados, podem acontecer situações em que seja necessário durante o estrito espaço de tempo reorganizar a resposta e assegurar o seu regular funcionamento.

Estas Brigadas de Intervenção Rápida podem ser um bom recurso em eventuais e difíceis situações.

Reconhecimento a quem o merece...



PRESIDENTE DA CNIS SOBRE O LAR DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Duvido da eticidade deontológica do relatório da Ordem dos Médicos

O surto de covid-19 no lar de Reguengos de Monsaraz da Fundação Maria Inácia Vogado Perdigão Silva (FMIVPS) traduziu-se em 18 mortos (16 utentes, uma funcionária e um homem da comunidade) e 106 casos de infeção -- 80 utentes e 26 profissionais -, mas alastrou também à comunidade e contagiou mais 56 pessoas, num total de 162 dos 177 casos registados até 02 de setembro, segundo a informação epidemiológica da Proteção Civil da localidade alentejana.

A rápida escalada dos casos e a aparente incapacidade do lar para conter a disseminação do vírus até à comunidade começou a gerar no início de julho as primeiras críticas na resposta ao surto. Foi então que se multiplicaram as tomadas de posição em torno do caso: do Governo à Ordem dos Médicos (OM), passando pela Administração Regional de Saúde (ARS) do Alentejo ou a autarquia de Reguengos, sem esquecer o próprio conselho de administração da FMIVPS.

A Comissão de Trabalho e Segurança Social da Assembleia da República aprovou a chamada ao parlamento da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e da ministra da Saúde, Marta Temido, para serem ouvidas sobre os surtos de covid-19 registados em lares, como o que ocorreu em Reguengos de Monsaraz.

Em 12 de julho, já depois de o Ministério Público (MP) assumir que estava a “proceder a averiguações” sobre o caso, a OM anunciou, em nota publicada no site oficial, a designação de “uma comissão de inquérito para avaliar todas as circunstâncias clínicas relacionadas com esta situação”, por considerar que “as decisões que têm sido tomadas no caso do lar de idosos da FMIVPS de Reguengos de Monsaraz não aparentam ser as mais corretas”.

As conclusões da auditoria da OM foram conhecidas em 06 de agosto, com o relatório a revelar que não era possível cumprir “o isolamento diferenciado para os infetados ou sequer o distanciamento social para os casos suspeitos”, que os “recursos humanos foram insuficientes para a prestação de cuidados adequados” e que “o processo de governança clínica” falhou, atribuindo a responsabilidade à Autoridade de Saúde e à ARS do Alentejo.

Imediatamente no dia seguinte, a Procuradoria-Geral da República (PGR) confirmou a existência de um inquérito sobre o surto no lar de Reguengos de Monsaraz, o qual corre termos no Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Évora.

Em 11 de agosto o conselho de administração da instituição explicou que “não foi ouvido nem teve qualquer oportunidade de se pronunciar por escrito” no âmbito da auditoria efetuada pela OM e garantiu que “todas as decisões que envolveram os utentes desta resposta social respeitaram integralmente as instruções técnicas da Autoridade de Saúde Pública (ASP) e restantes autoridades de saúde e Segurança Social”.

A controvérsia em torno deste caso ganhou outros contornos quando a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes



Godinho, afirmou, numa entrevista ao Expresso, em 15 de agosto, que a dimensão dos surtos em lares “não é demasiado grande” e evitou comentar as conclusões da auditoria da OM. Ato contínuo, sucederam-se as críticas e, inclusivamente, pedidos de demissão da governante por parte dos partidos da oposição.

Foi apenas na sequência destas suas declarações que Ana Mendes Godinho esclareceu três dias depois que a Segurança Social enviou um relatório sobre o lar para o Ministério Público (MP) em 16 de julho, afirmando que “é nessa sede de processo que devem ser analisadas” todas as “matérias que constam dos vários relatórios que foram produzidos por várias entidades, alguns deles com elementos contraditórios”.

A auditoria da OM e, sobretudo, as competências para conduzir esse tipo de processo foram contestadas pela União das Misericórdias Portuguesas, mas também pelo executivo, nomeadamente pelo primeiro-ministro. “As ordens profissionais existem para regular o exercício da atividade dos seus profissionais, ponto. Não existem para fiscalizar o Estado”, afirmou António Costa em entrevista ao Expresso, em 22 de agosto.

Ao jornal Solidariedade, Lino Maia, esclareceu a posição da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade:

Como interpreta a forma como a Ordem dos Médicos tem interferido na polémica dos lares de idosos e a Covid-19.

Sinceramente, respeito muito todas as Ordens Profissionais. Também, e muito, a Ordem dos Médicos. Estranhei o seu silêncio quando os médicos foram retirados das Instituições para ficarem apenas no Serviço Público do SNS. Também estranhei o seu silêncio quando para os Lares eram remetidos doentes infetados com o Covid-19 e de onde já tinham sido retirados médicos e enfermeiros. Como estranhei algum perfilamento inicial da Ordem dos Advogados e da Ordem dos Enfermeiros. Gostava de ter ouvido falar dos direitos de cidadania dos idosos, que não perdem esses direitos quando transpõem as portas dos hospitais e de ouvir dizer

que os enfermeiros não deveriam ser retirados dos Lares porque ali são necessários nos seus serviços como profissionais e não propriamente como eventuais diretores técnicos...

Talvez estejam agora a ser corrigidos esses silêncios. Só que certamente não estará a ser usada a melhor terapia...

O relatório feito pela OM no lar de Reguengos de Monsaraz é legítimo?

Abundam os relatórios, mas duvido da eticidade deontológica deste relatório da Ordem dos Médicos.

A OM pode fazer vistorias e visitas a IPSS com o intuito de fiscalizar o seu funcionamento?

Escasseiam as dedicações e abundam as exigências e vistorias. Agora parece que toda a gente tem direito de vistoriar e de exigir. Porém, sem contributos. Creio que a Ordem dos Médicos pode e deve fazer vistorias e visitas às condições e aos espaços em que atuam os Médicos.

Gostaria que a Ordem dos Médicos tivesse começado por analisar as razões que levaram à retirada de alguns médicos de IPSS e de outros a negarem-se a prestar ali apoio... Gostaria de ver desfeitas algumas dúvidas que me assaltam...

Esta polémica pode servir para sensibilizar a sociedade e o governo para a necessidade de uma nova geração de equipamentos e valências nos lares de idosos?

Todos sabem que, normalmente, nos Lares estão idosos com um histórico de saúde complexo, com múltiplas dependências e, muitas vezes, com várias deficiências. Mas apesar disso e com isso mesmo, são cidadãos que não perdem a sua qualidade de cidadania quando entram num Lar. É imperioso e urgente que a Saúde se volte para os Lares onde a Segurança Social já está...

Devemos pensar seriamente numa nova geração de Lares de Idosos...

Falta a componente saúde nos lares de idosos ou até nas IPSS, de uma forma geral?

Absoluta e inequivocamente: falta!

SÃO 1500 EM TODO O PAÍS

Cerca de metade dos Centros de Dia abriu mas as frequências foram muito reduzidas

Os Centros de Dia foram autorizados a funcionar a partir do dia 15 de agosto, mas uma grande parte dessas valências para idosos mantém as portas fechadas por ainda não reunir as condições exigidas para receber os utentes em contexto de pandemia.

Estima-se que no início de setembro seriam cerca de metade dos mais de 1.500 Centros de Dia que existem em todo o país. “Numa apreciação global, terão sido cerca de metade dos Centros de Dia de Instituições filiadas na CNIS e na União das Misericórdias a abrir as suas portas. Nesses casos com uma frequência que não terá atingido os 50% da sua capacidade. A outra metade não podia abrir portas porque algumas das suas instalações eram partilhadas com outras valências. Nessas, está a ser desenvolvido todo um trabalho para assegurar uma frequência nas melhores condições. Inclusive, com o aval da Saúde e da Segurança Social e com a garantia do necessário distanciamento”, explica o presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.

No tempo em que não seja possível voltar a receber os utentes será assegurado o apoio domiciliário. De resto, em muitas IPSS, sobretudo no interior do país, essas valências têm uma importância essencial para a qualidade de vida dos utentes idosos. Por isso, Lino Maia diz que a reabertura, mesmo nas atuais circunstâncias, era imperiosa. “Bastaria que abrisse um só Centro de Dia que já consideraria positivo. Mas, nas circunstâncias que nos molestam e com os cuidados necessários e adotados, abriram bastantes. Com uma frequência numericamente reduzida – também o mês de agosto não é de grande frequência dos Centros de Dia. Mais do que ninguém, os idosos sofrem as dores de uma solidão que mata... É verdade que muitos idosos que eram



frequentadores dos Centros de Dia, nestas circunstâncias, tinham apoio domiciliário prestado pelas Instituições. Mas, não é a mesma coisa estar em casa e receber alguns apoios ou poder conviver e receber os mesmos apoios e outros serviços numa Instituição.”

Quase seis meses depois do encerramento por causa da pandemia os Centros de Dia começam a voltar à normalidade possível, cumprindo todas as regras de segurança implementadas pela Direção-Geral de Saúde. “As autoridades de saúde e a Segurança Social forneceram orientações. A CNIS e as outras organizações do Sector (União das Misericórdias, União das Mutualidades e Confecoop) divulgaram essas orientações e desenvolveram ações de formação. As Instituições estão a cumprir. Claro que com muitas dificuldades: os equipamentos de proteção individual estão a faltar e são excessivamente caros, nem todas as

Instituições estão dotadas dos transportes adequados, escasseiam os trabalhadores, os distanciamentos dificilmente são assegurados, as dificuldades estão agravadas e progressivamente mais custosas. Mas, o panorama é francamente positivo. Muito graças aos excelentes dirigentes que se dedicam nas Instituições e sofrem as dores dos seus utentes e graças aos trabalhadores que têm dado sublimes provas de sacerdotal dedicação...”

A partir de 15 de setembro o país voltará ao Estado de Contingência. Ainda não se sabe se, por causa dessa medida cautelar do governo, pode haver retrocesso na abertura dos Centros de Dia. O presidente da CNIS não é favorável a essa possibilidade: “Pela experiência e conhecimento que tenho, penso que não é por aí que devemos enveredar no eventual retrocesso. Os idosos não são o problema: merecem todo o esforço da comunidade para não serem abandonados.”

TÉCNICOS E DIRETORES TÉCNICOS DAS IPSS

Cerca de 40 por cento sofrem de *burnout*

Cerca de 40% dos técnicos e diretores técnicos das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) de Portugal sofrem de *burnout* (cansaço extremo), revela um estudo realizado pela Associação Nacional de Gerontologia Social (ANGES) a 339 trabalhadores.

A avaliação multidimensional conclui que a grande maioria dos trabalhadores inquiridos (73,7%) sente-se satisfeito com a sua vida, mas somente 59,9% “perceciona a sua saúde física e psicológica como razoável”.

O coordenador do estudo, Ricardo Pocinho, adiantou que os trabalhadores que laboraram por turnos apresentam valores de *burnout* mais elevados, sobretudo os que fazem noite.

Segundo o investigador, nos casos em que existe maior envolvimento das chefias os níveis de cansaço extremo baixam e regista-se também

um comprometimento laboral mais elevado.

Ricardo Pocinho adianta que a formação profissional dos inquiridos ajuda a diminuir os índices de *burnout*, que no caso de auxiliares e ajudantes atinge os 87%, de acordo com um outro estudo realizado há dois anos. O estudo revela também que 80,5% dos inquiridos considera o seu salário injusto, embora a esmagadora maioria (95,3%) refira estar satisfeito com as suas funções profissionais.

Cerca de uma centena dos trabalhadores respondeu ao inquérito do estudo já depois de declarada a pandemia da covid-19 e, segundo Ricardo Pocinho, “não houve alterações significativas”.

“A pandemia agora serve de desculpa para muita coisa, mas antes as organizações sociais já tinham elevados problemas”, salientou.

A “Avaliação Multidimensional dos Trabalhadores das Organizações Sociais em Portugal -- *burnout* e

engagement teve como objetivo analisar os fatores de risco para o desenvolvimento de esgotamento físico e mental nos trabalhadores e nos responsáveis de cargos diretos.

Além do coordenador Ricardo Pocinho, a equipa de investigadores contou com a participação de Pedro Carrana, Bruno Trindade, Cristóvão Margarido, Rui Santos e Gisela Santos.

O estudo da ANGES, sediada em Coimbra, que teve início em setembro de 2019 e terminou este mês, foi dirigido a meio milhar de trabalhadores, tendo respondido 339, “valor acima das expectativas, já que metade era suficiente para medir a amostra”, frisou o coordenador.

Tratou-se de um estudo piloto que vai ser alargado a todas as IPSS portuguesas a partir de setembro, “de preferência” com o apoio do ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

RUI MARQUES, INVESTIGADOR DO ISCA E CO-RESPONSÁVEL PELO «PROJETO TFA»

Oportunidade única para as IPSS terem uma ferramenta de apoio à gestão

Iniciativa da Universidade de Aveiro, em particular do ISCA (Instituto Superior de Contabilidade e Administração), o «Projeto TFA - TheoFrameAccountability – Quadro teórico para a promoção da accountability (prestação de contas) no sector da economia social: o caso das IPSS» nasceu no seio de um grupo de investigação que já trabalhava junto outras matérias e que se apercebeu da obrigação legal de publicação das contas num website a que as IPSS passaram a estar sujeitas. Tudo começa na criação de um website, se forma simples e intuitiva, mas o propósito do projeto vai muito mais além, como explica, nesta conversa com o SOLIDARIEDADE, o investigador e membro do grupo que está na génese do Projeto TFA, Rui Marques, responsável pela área informática.

SOLIDARIEDADE - Como surgiu o Projeto TFA, na prática o www.somosipss.pt?

RUI MARQUES - Isto é um aparecimento natural, porque vivemos numa era de transformação digital, em que a maior parte dos processos, principalmente os que são mais importantes, estão digitalizados totalmente ou grande parte desmaterializados. Por outro lado, com as obrigações legais que foram impostas às instituições nos últimos anos, este projeto também vem responder a essa obrigatoriedade de ter um website para publicação, pelo menos, das contas do período anterior. Portanto, para além de ser uma evolução natural, vem também dar cumprimento a uma obrigação legal.

Esta ligação da informática com vertente de gestão é algo que desenvolvem há muito, no ISCA, noutros âmbitos também?

Sim, os elementos do ISCA que integram o projeto já têm um historial de trabalho e de investigação em várias áreas e também nesta em particular. Antes do projeto se iniciar, já tínhamos feito um levantamento das necessidades do sector ao nível do cumprimento do decreto-lei que impõe a necessidade de as instituições terem um website para publicação das contas.

E que especiais cuidados houve face a estarem a trabalhar para um sector tão específico como o social solidário, especialmente nas questões da construção do website?

Quando pensamos em construir um website, pensa-se logo que é necessário um técnico para o fazer e, aqui, quando começámos a conceptualizar a plataforma, vimos logo que para a construção do site poderia não haver competências do lado das instituições. Então, a nossa plataforma é um instrumento para que, com alguns passos, algumas etapas de grande



usabilidade, intuitivas e simples, e que não requerem quaisquer conhecimentos técnicos, se consiga, através dessas várias etapas, obter o website. Esta é uma plataforma que vai gerar uma quantidade enorme de websites, mas eles acabam por ser individuais para cada instituição. A nossa plataforma surge como um agregador desses websites, a partir do qual o público em geral pode aceder, consultar e pesquisar as instituições do sector que aderiram ao projeto. A plataforma é um instrumento de apoio às instituições, que não precisam de recrutar nenhum técnico, nem de adquirir serviços a qualquer empresa para construir o seu

website, e assim facilmente, sem conhecimentos específicos, obter o website.

Neste caso as instituições terão que pagar o domínio na Internet?

Neste caso, estamos a falar de um projeto financiado por fundos europeus e, como tal, totalmente gratuito para as instituições, sem qualquer custo de adesão e manutenção.

Para facilitar o trabalho das instituições, criaram uns tutoriais. Em que consistem?

Todos os requisitos de usabilidade foram pensados para que não requeressem quaisquer

conhecimentos, no entanto, para auxiliar os utilizadores pensámos em colocar no Youtube uns tutoriais em forma de vídeo, que hoje em dia toda a gente está habituada a pesquisar na Internet. Neste momento, estão criados cinco tutoriais temáticos para cada componente da plataforma, que explicam qualquer dúvida de qualquer parte das componentes.

E esses tutoriais acompanham o processo desde o momento zero até ao site estar construído?

Exatamente. Vão desde o registo na plataforma para aderirem ao projeto, passando pela parte de criação do website até à parte da gestão do mesmo.

As três primeiras instituições a aderirem ao projeto nem sequer necessitaram dos tutoriais para construírem o site. Isso deixa-os satisfeitos?

Isso significa que os requisitos que estabelecemos para nós, em termos de usabilidade foram atingidos. Nada nos satisfaz mais do que querermos algo intuitivo e fácil e termos a prova disso com aqueles que o testaram. Inicialmente, foram apenas três as instituições que aderiram ao projeto, mas neste momento em que falamos, ou seja, fim de agosto, já estão na plataforma 23 instituições. Atendendo a que agosto é um mês parado, este é um excelente crescimento.

E a apresentação dos sites é igual para todas as instituições ou há a possibilidade de escolher templates, ou seja, terem aparências diferentes?

Sim... Há uma estrutura que é comum, uma espécie de espinha dorsal em que facilmente se reconhece que é pertencente ao projeto, mas depois há uma parte muito costumizada em termos de imagem, especialmente, em termos de cor, inserção de imagens, logótipos. Esta é uma parte muito costumizada. Porém, o tipo de conteúdos que as instituições têm de introduzir são uniformizados, porque fazem parte da estrutura comum. Há alguma liberdade, mas não há uma liberdade total, senão seria difícil criar uma plataforma que agregasse sites completamente distintos.

Ultrapassada a fase de construção do site, vem a segunda fase do projeto. Em que consiste em concreto?

A segunda fase do projeto é tão ou mais importante do que a primeira, a da construção do site e que estivemos até aqui a falar. Esta segunda parte é a da incorporação dos indicadores económicos, financeiros e sociais na plataforma. Esta segunda etapa do projeto vai criar mecanismos para as instituições carregarem informação. Nesta fase vai haver mecanismos de importação automática ou de introdução manual para carregar informação para calcular os indicadores da framework. Isso vai permitir transformar a parte de administração do site, a que só as instituições podem aceder, num instrumento de gestão. É que através desses indicadores as instituições vão ter uma noção de como a sua gestão está a evoluir ao longo do tempo. Com a análise desses indicadores, que são quase 80 e que

somos
ipss



cobrem as vertentes económica, financeira e social, as instituições conseguem verificar a sua trajetória, em termos de desempenho, e se está a seguir o rumo pretendido nos objetivos estratégicos da instituição. O que está pensando neste momento, e já estamos a trabalhar nisso, é que a plataforma tenha essa parte de administração, ou seja, um dashboard muito intuitivo que mostre esses indicadores e esses rácios de desempenho. Adicionalmente, é uma ferramenta que lhes permite comparar o seu desempenho com o agregado de instituições congêneres ou da mesma área geográfica ou que oferecem as mesmas respostas sociais. Portanto, aqui é que vamos oferecer uma mais-valia às instituições, porque o website por si só ajuda-as a cumprir um requisito legal e a terem um espaço na web de contacto com o público, mas esta é a parte que as ajudará na gestão da sua entidade. Isto é uma ajuda, porque não havendo nada, passa a haver qualquer coisa, com a vantagem de terem esta ferramenta de comparação, o que de forma isolada nunca conseguiriam. Uma coisa é ter a noção de como estamos, outra é a de podermos comparar-nos com os nossos pares.

E essa segunda fase vai requerer mais acompanhamento da vossa parte?

O objetivo é continuar com o mesmo princípio de usabilidade, isto é, que seja algo simples que facilmente as instituições consigam usar. Obviamente, iremos acautelar, tal como agora com os vídeos tutoriais para a construção do website, outros mecanismos de apoio.

Por fim, deixe uma mensagem para as instituições?

Acho que as instituições, mesmo aquelas que já têm website, têm aqui uma oportunidade de entrar num projeto, a nível nacional, que lhes permite desenvolver um espírito de pertença a um sector e angariar, de uma forma totalmente gratuita, uma plataforma que daqui a poucos meses lhes poderá ajudar na gestão da sua entidade. Acho que é uma oportunidade única e basta visitar o site www.somosipss.pt, fazer o registo e, em caso de qualquer dúvida, usar os contactos que lá estão disponíveis.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE BRAGA

Centro Hípico inaugurado e novas instalações já em 2021

A Associação de Paralisia Cerebral de Braga (APCB) inaugurou a 31 de julho o seu Centro Hípico.

O dia foi ainda escolhido para colocar a primeira pedra daquela que será a sua “primeira casa própria” – uma obra que já se encontra em concretização e que, previsivelmente, será concluída na primavera de 2021.

Localizadas na freguesia de Carrazedo, no concelho de Amares, as novas instalações da APC Braga representam um investimento de mais de cinco milhões de euros.

A obra destina-se a apoiar pessoas com paralisia cerebral e situações neurológicas afins, sendo que este novo equipamento terá capacidade para 30 utentes em Centro de Atividades Ocupacionais (duplicando a capacidade), 150 em Apoio em Regime Ambulatório, 300 em Intervenção Precoce e ainda 30 camas para Lar Residencial.

O projeto contempla ainda uma piscina para hidroterapia e um pequeno pavilhão desportivo para terapias adequadas aos utentes da instituição.

A estrutura, quando finalizada, terá cerca de 3.400 metros quadrados de área coberta.

Luís Gonçalves, presidente da APCB, sublinhou o “simbolismo” da cerimónia, elogiando o trabalho desenvolvido por todos os anteriores dirigentes da instituição.

Destaque especial para José Luís Mendes Alves, presidente da instituição entre 2005 e 2019, que foi homenageado no final da cerimónia.

“O Picadeiro teve um custo perto de 500 mil euros e foi financiado totalmente por nós. A sede está projetada para cinco milhões de euros. Uma parte será financiada por nós, outra por amigos na população e uma terceira por um empréstimo bancário, sem o qual não poderíamos fazer uma obra desta envergadura”, disse Luís Gonçalves.

O presidente da APC Braga destacou ainda ser um “orgulho ter um excelente equipamento que permitirá disponibilizar um serviço de excelência e de referência para todos quanto dele venham a necessitar”, acrescentando que, “com o lançamento da primeira pedra, nas futuras instalações serão criadas condições para o alargamento das atuais valências da instituição”.

Sublinhando a criação do lar residencial para pessoas com paralisia cerebral e doenças neurológicas afins, “desiderato almejado há muitos anos pelas famílias e cuidadores dos nossos utentes e sonho esse que a APCB se propôs a realizar”, Luís Gonçalves sustentou que “esse sonho é hoje um facto



incontestável, uma obra de avultado investimento, mas que será uma realidade e encherá de orgulho todos quanto sonharam com este dia”.

Abílio Cunha, presidente da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC) mostrou-se igualmente “orgulhoso” pelo desempenho da associação.

“É um desempenho doloroso, com muito trabalho de bastidores e pouco reconhecido pela sociedade civil. Assim, é um orgulho e um prazer estar aqui e ver a força destas organizações, que continuam imbuídas neste espírito de fazer cada vez melhor em prol da qualidade de vida das pessoas com paralisia cerebral e das pessoas com deficiência em geral”, disse.

O líder da FAPPC destacou ainda o facto de “este não ser um projecto apenas para as

pessoas com deficiência, mas sim aberto à sociedade, que irá servir a comunidade”.

Também o presidente da Câmara de Amares, Manuel Moreira, sublinhou a importância do surgimento desta nova valência.

“É uma área determinante e uma franja da sociedade que é tantas vezes ignorada. São pessoas com muitas capacidades e que nem sempre lhes é dado o seu valor. O vosso trabalho é fundamental por isso mesmo”, salientou.

Benzido o picadeiro, pelo Arcebispo de Braga, D. Jorge Ortiga, e feita uma pequena visita pelas instalações, a cerimónia terminou com o descerrar da placa evocativa do momento e uma outra com o nome do anterior presidente da Direção, José Luís Alves – aquele que foi o principal impulsionador das obras ali visitadas.

Com cerca de 500 associados e a servir a parte norte do distrito, a Associação de Paralisia Cerebral de Braga está a funcionar atualmente em instalações arrendadas no centro da cidade bracarense.

E esta será a primeira casa “própria”. A nova sede da APC Braga deverá estar pronta em março/abril de 2021. Quanto ao Picadeiro, já em funcionamento, está equipado com dois cavalos (tendo possibilidade de alojar até oito animais), uma sala de arreios, uma sala de formação, uma sala para o treinador e uma bancada com 120 lugares.

CENTRO SOCIAL VALE DO HOMEM, VILA VERDE

Casa da Alegria é um oásis no tratamento da Alzheimer e demais demências

As demências são um dos grandes desafios que se afiguram às IPSS que trabalham com a população sénior e o Centro Social Vale do Homem está bem ciente disso. Nesse sentido, construiu o que chamou de Casa da Alegria, que, segundo Andreia Costa, diretora-técnica do equipamento, mais não é do que “um lar e um centro de dia especializados para pessoas com alzheimer e outras demências, criado de raiz e arquitetonicamente pensado para essas patologias”.

Tecnologicamente avançado, assemelhando-se a um edifício inteligente, o edifício está pensado, ao mais pequeno pormenor, para acolher pessoas afetadas por demência.

“A Casa da Alegria é dotada de quatro sensoriais e tem um sistema de grande segurança, com prevenção de queda e de fuga em todos os quartos”, refere Andreia Costa.

Trata-se do inovador «Becares», um sistema de controlo com sensores verticais, que controlam a fuga, e horizontais, para controlar as quedas, com alertas para a funcionária mais perto do quarto do utente.

“Para além disto, o equipamento tem várias salas de intervenção e de estimulação, entre elas uma de musicoterapia, uma sala de neuro-reabilitação, uma sala sensorial e uma sala de hidromassagens, que serve para apaziguar os doentes em momentos de maior agitação. E temos ainda o jardim terapêutico e sensorial”, revela a diretora-técnica, referindo-se, de seguida, aos recursos humanos: “Temos uma equipa multidisciplinar, que integra vários técnicos, mas temos a trabalhar connosco também uma neurologista”.

Desde a abertura, a 19 de março, a capacidade do lar está lotada, sendo que a resposta de Centro de Dia ainda não tem utentes, porque a abertura da Casa da Alegria deu-se em plena pandemia e essa valência foi suspensa em todo o país.

“A capacidade do edifício é para 31 utentes em ERPI e 19 em Centro de Dia. Esta é uma resposta 100% privada, porque, de momento, não temos apoio do Estado. Não tivemos apoio na construção, nem a nível de acordos para o funcionamento. Já fizemos a demonstração de interesse para respostas inovadoras, mas ainda não obtivemos resposta”, sustenta Jorge Pereira, presidente do Centro Social Vale do Homem.

A Casa da Alegria entrou em funcionamento no Dia do Pai, ou seja, uma altura em que o país estava confinado, muitas instituições com as respostas sociais fechadas e os lares e Serviços de Apoio Domiciliário sobrecarregados com trabalho e com inundadas de orientações da Direção-Geral da Saúde (DGS).

Por isso mesmo, a instituição teve que implementar todas as medidas de segurança necessárias para evitar que o vírus entrasse na Casa.

“Os utentes fizeram o teste, estiveram em isolamento 14 dias e, felizmente, até agora não tivemos nenhum caso em nenhum dos três edifícios da instituição. Temos tido sorte, mas também se deve ao rigor dos profissionais, à implementação do plano de contingência e do seguimento de todas as orientações emanadas da DGS para as ERPI”, afirma Jorge Pereira, revelando: “Tivemos todos os cuidados e a obra já estava feita quando procedemos a uma alteração em virtude dessas medidas. Tínhamos aqui umas janelas fixas, cortámo-las e fizemos uma porta. Uma obra que nos custou 1.500 euros por causa da pandemia. Tínhamos criado a sala da família, onde estas podiam visitar os seus familiares internados. No entanto, tinham que entrar no edifício e o que fizemos foi criar uma entrada alternativa para que pudessem haver visitas. Nos outros edifícios também fizemos algumas alterações e em todos eles as visitas, desde que foram autorizadas, as famílias ficam por fora e os utentes por dentro. Não há contacto, há sempre um funcionário presente nas visitas, respeitando, de resto, as normas emanadas pelas autoridades de saúde”.

À exceção dos recursos humanos, em que há uma maior exigência, com um rácio trabalhador por utente maior, tudo o resto funciona como uma ERPI. O equipamento tem 30 funcionários e 31 utentes, de momento.

O edifício tem um design favorável à demência, no qual as cores das portas das casas de banho e das tampas das sanitas e as cores das portas dos quartos servem de orientação aos utentes.

Para já, a Casa da Alegria funciona como uma resposta privada, mas também toda a sua construção não contou com qualquer apoio estatal.

“A instituição, financeiramente, está credibilizada perante a banca e esta emprestou-nos dinheiro. Está aqui um investimento de 2,6 milhões de euros. Conseguimos três candidaturas que nos ajudaram muito, o BPI Sénior e o BPI Rural e ainda a Caixa Social, da CGD, das quais conseguimos pouco mais de 100 mil euros só para equipamentos. Isto foi importante porque os equipamentos para uma resposta como esta acabam por ser caros. Tivemos agora uma candidatura aprovada para o funcionamento do jardim terapêutico e sensorial, que é único na Península Ibérica”, diz o presidente da instituição, que revela onde foram buscar a ideia de fazer algo tão inovador e pioneiro no país: “A



nossa inspiração foi muito a Casa do Alecrim – nós somos sócios e parceiros da Alzheimer Portugal, que deu formação ao nosso pessoal –, Salamanca, onde há um instituto ligado ao governo espanhol, que também está ligado à universidade local e que trabalha na investigação de tudo o que são demências, e no La Milagrosa, na Corunha, que também é uma instituição que trabalha e investiga as demências e que também está ligada à universidade da Corunha. No fundo, estes dois institutos espanhóis foram a grande inspiração e que nos forneceram conhecimento para podermos implementarmos algo inovador”.

O Centro Social Vale do Homem começa, também, já a estabelecer ligações com instituições de investigação em Portugal.

“Temos algumas ligações, mas estamos a preparar um protocolo com a Universidade do Minho e também com IPCA, que já foi nosso parceiro numa candidatura que fizemos ao PO ISE para o funcionamento do jardim terapêutico e sensorial”, afirma Jorge Pereira, avançando pormenores: “É um projeto a três anos em que foram aprovados 260 mil euros para pagar a recursos humanos para pôr a funcionar o jardim terapêutico sensorial, não apenas para os nossos utentes, mas também para a comunidade. Vamos abrir, primeiro, aos seniores dos quatro concelhos em que trabalhamos, mas depois abriremos também à comunidade escolar. O objetivo, agora travado por causa da pandemia, é fazer a ligação de escolas com idosos. O jardim terapêutico ajuda a fazer alguns milagres, pois temos aqui alguns utentes que chegaram cá em março acamados e que agora já andam a circular”.

Quanto ao Centro de Dia, ainda não está a funcionar pelas razões conhecidas de todos, mas a procura é muita.

“Esta é uma resposta que liberta muito as famílias, que assim ficam tranquilas durante o dia”, argumenta Jorge Pereira.

NÚMEROS DA COVID-19 EM TODO O MUNDO ATÉ SETEMBRO

Mais de 850 mil mortos e mais de 25,8 milhões de infetados

A pandemia da covid-19 causou pelo menos 857.824 mortos e 25.807.000 infetados, segundo o balanço feito pela agência noticiosa francesa AFP, a partir de fontes oficiais, até ao início de setembro de 2020.

De acordo com o novo balanço, pelo menos 16.842.600 doentes ficaram curados.

A AFP ressalva que o número de casos de covid-19 diagnosticados reflete uma parte do número real de contágios, uma vez que certos países apenas rastreiam as situações graves e outros, como os mais pobres, têm capacidades de despistagem limitadas.

Os países com mais novos óbitos são o Brasil (1.215), os Estados Unidos (1.090) e a Índia (1.045), de acordo com o balanço da AFP.

Segundo dados contabilizados pela universidade norte-americana Johns Hopkins, os Estados Unidos são o país mais afetado, tanto em número de mortos como de casos de infeção confirmados (184.689 mortos em 6.076.281

infetados).

Na lista dos países mais atingidos pela pandemia seguem-se o Brasil (122.596 mortos em 3.950.931 infetados), a Índia (66.333 mortos em 3.769.523 infetados), o México (65.241 mortos em 606.036 infetados) e o Reino Unido (41.504 mortos em 337.168 infetados).

Considerando a população, o Peru é o país com mais mortos, 88 por 100 mil habitantes, seguindo-se Bélgica (85), Espanha (62), Reino Unido (61) e Chile (59).

Por regiões e continentes, a América Latina e as Caraíbas surgem no topo, ao totalizarem, às 12:00 de hoje, 280.367 mortos em 7.437.660 casos de infeção confirmados.

Depois, surgem Europa (216.403 mortos, 4.025.582 casos), Estados Unidos e Canadá (193.854 mortos, 6.205.463 casos), Ásia (99.555 mortos, 5.332.109 casos), Médio Oriente (36.873 mortos, 1.515.498 casos), África (30.065 mortos, 1.261.375 casos) e a

Oceânia (707 mortos, 29.320 casos de infeção confirmados).

A China, onde começou a pandemia, confirma oficialmente (sem incluir os territórios de Hong Kong e Macau) 85.066 infeções, das quais oito novas entre terça e quarta-feira, 4.634 mortos (sem alterações face ao balanço anterior) e 80.234 doentes curados.

O balanço feito pela AFP baseia-se em dados recolhidos junto das autoridades competentes dos diferentes países e da Organização Mundial de Saúde (OMS).

A covid-19, declarada pela OMS como uma pandemia em 11 de março, é uma doença respiratória causada por um novo coronavírus (tipo de vírus) detetado no final de dezembro, em Wuhan, uma cidade do centro da China.

No mesmo período, em Portugal, morreram 1.827 pessoas das 58.633 confirmadas como infetadas, de acordo com o boletim mais recente da Direção-Geral da Saúde.



**SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DE EXCELÊNCIA
ESPECÍFICAS PARA O SETOR SOCIAL**

+ DE 3000 CLIENTES

SOFTWARE
Licenciamento e SaaS

GESTÃO INTEGRADA E
DESMATERIALIZAÇÃO DE
PROCESSOS EM TODAS AS ÁREAS
DAS ENTIDADES DO SETOR SOCIAL

**PROXIMIDADE EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL**

na prestação de serviços de
consultoria, implementação
e apoio aos utilizadores
do software

**SOFTWARE DE GESTÃO
DE SURTOS [COVID-19]**

GRATUITO
para clientes F3M

NOVA APP

Para cobrir as necessidades
específicas dos processos
integrados de utentes
da área da infância.



INVISTA NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

FINANCIAMENTO

0% Juros

Fale connosco!

F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | www.f3m.pt | PORTUGAL | ANGOLA | MOÇAMBIQUE








ASSINATURA DOS PROTOCOLOS MAREESS E PARES 3.0

António Costa expressou inequívoco apoio às instituições de solidariedade social

A cerimónia de assinatura dos protocolos do MAREESS e PARES 3.0, no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, entre o Estado e o Sector Social Solidário contou com a presença do primeiro-ministro, que fez questão de demonstrar a sua “total solidariedade” para com as instituições que “no terreno cuidam de quem precisa”.

“Queria nesta ocasião expressar a todos, àqueles que dirigem e trabalham nas IPSS, que dirigem e trabalham nas misericórdias, nas mutualidades e nas cooperativas a minha solidariedade pessoal pelo enorme esforço que tem sido feito ao longo destes meses”, afirmou António Costa, declarando a sua “solidariedade também pela incompreensão que muitas vezes têm sido vítimas quando têm necessidade de enfrentar situações em que nem os países mais desenvolvidos estavam preparados para enfrentar”, referindo-se às diversas acusações feitas à forma como as instituições com lares de idosos têm gerido a pandemia.

Antes já o padre Lino Maia havia referido “as carpideiras” que pululam pelo espaço público, sempre prontas a apontar o dedo a quem tudo tem dado em prol dos utentes que acolhe.

“Os dirigentes das Cooperativas, das IPSS, das Misericórdias e das Mutualidades desmultiplicaram-se. Os trabalhadores têm sido de dedicação e de mérito inultrapassáveis. É evidente que sofremos com um doente e choramos uma morte. Entre nós, também o vírus não tem nacionalidade nem reconhece fronteiras, mas, com a determinação e o esforço de todos, qual muralha de aço, tem encontrado as barreiras necessárias que fazem menorizar as suas vítimas”, asseverou o presidente da CNIS, deixando um elogio à ministra Ana Mendes Godinho: “E, aprez-me sublinhar, com o seu carácter de non stop, sempre encontrámos na senhora ministra agregação, compreensão, determinação e mobilização congregadora. Nunca nos sentimos sós”.

Por seu turno, o primeiro-ministro António Costa quis reforçar a sua declaração de apoio às instituições de solidariedade, dizendo: “Mas quero aqui dizer que, como cidadão, e não falo agora como primeiro-ministro, não posso aceitar esta forma como têm vindo a ser crucificados na praça pública, de uma forma tão injusta, aqueles que dão o melhor do ponto de vista solidário para responder às necessidades seja das crianças, seja dos idosos, seja dos deficientes, seja de todos aqueles que estão a cargo das instituições de solidariedade social. Não é possível que não haja falhas, mas todos têm tido uma vontade acrescida de as superar, de as prevenir, de as evitar e com certeza que assim tem de acontecer”.

Os representantes do Sector Social Solidário



ouviam com satisfação as palavras de apoio de António Costa.

Antes o presidente da CNIS havia reforçado a posição do Sector, lembrando que a subscrição da MAREESS, que pretende dar resposta às entidades do Sector Social Solidário no contexto pandémico e que apoia na colocação de pessoas em projetos temporários de trabalho socialmente útil num momento crítico do ponto de vista da saúde pública e em sectores particularmente expostos aos riscos com que, enquanto comunidade, nos vemos confrontados, “tem uma componente financeira, oportunamente partilhada com os representantes do sector, o que destaco com agrado”, mas sublinhou “que por trás desta medida não está uma qualquer subsídio às instituições de solidariedade mas, tão-somente, um investimento do Estado para corresponder a uma sua irrenunciável função – a da proteção social”.

O padre Lino Maia recordou ao líder do Governo que, “com esta medida e com a inestimável e insubstituível mediação do Sector Social Solidário, o Estado pode prestar melhor serviço público, pode chegar mais longe e pode servir melhor, porque se não serve para servir também não serve para nada. E para que ninguém fique para trás, bem necessário é que sirva cada vez mais e cada vez melhor”.

Valorizando a abnegação com que dirigentes e trabalhadores das IPSS têm enfrentado “um misterioso vírus que em poucos meses colocou

o mercado financeiro em alerta, desacelerou a economia global, modificou os hábitos quotidianos, reavivou medos ancestrais e pôs em xeque os líderes do planeta”, o presidente da CNIS defendeu ainda que “há compromissos e lealdades, profissionais ou voluntários, que não se pagam com ‘salários’, mas com ‘honorários’, quer dizer com reconhecimento social a quem, para além das suas obrigações legais, presta uma atenção de excelência correndo riscos, porque sabe que na relação assistencial não só se joga a dignidade da pessoa atendida (acari-ciada, alimentada, cuidada, educada, lavada, protegida ou tratada), mas o próprio projeto de autorrealização pessoal”.

A fechar a sua intervenção, o padre Lino Maia deixou um apelo a António Costa.

“As Cooperativas, as IPSS, as Misericórdias e as Mutualidades estão em alerta. Pode contar com todas elas... mas recordo-lhe: O conjunto de todas elas é o instrumento de preferência do Estado no cumprimento da sua irrenunciável função de proteção social. A ‘tal bazuca’ não pode estender o seu olhar apenas ao público e ao privado. Também para elas tem de olhar para poderem cumprir a sua missão”.

António Costa, quando tomou a palavra respondeu: “Não vou apontar a bazuca porque não vou disparar contra as instituições. Agora, contamos com as instituições para usar o poder de fogo da bazuca para, assim, podermos continuar a fazer mais e melhor”.

MAREESS E PARES 3.0

Protocolos visam robustecer as instituições sociais

O Governo assinou dois protocolos com o Sector Social Solidário no sentido de reforçar a capacidades das instituições para cumprirem com a sua missão nestes difíceis tempos de pandemia Covid-19. Assim, lançou a Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde (MAREESS), que visa capacitar as instituições sociais de recursos humanos, e ainda o PARES 3.0, no sentido de alargar a rede e qualidade dos equipamentos sociais. Robustecer as instituições a nível de pessoal e de condições físicas para responder às necessidades das instituições é o propósito dos protocolos assinados entre o Sector Social Solidário e o Estado.

“O passo que aqui damos é da maior importância. Há alguns meses avançámos com a primeira edição do MAREESS, que permitiu avançar com 6.000 contratações. Hoje damos um novo passo que tem como objetivo acolher mais 15 mil pessoas para poderem receber os utentes destas instituições”, afirmou o primeiro-ministro António Costa, sublinhando que há pouco dinheiro disponível, pelo que “com cada euro é preciso satisfazer três objetivos: um é combater a recessão económica e reanimar a economia; o segundo é criar postos de trabalho; e o terceiro objetivo é reanimar a economia e criar postos de trabalho que sejam socialmente úteis para a sociedade”.

A terceira geração do programa Pares permite, segundo o líder do Governo, responder a estes três propósitos: “Quando estamos a lançar um programa que vai investir mais 110 milhões de euros, estamos a criar melhores condições para apoiar quem é idoso, quem é criança, quem é deficiente, quem carece de qualquer apoio social, e a reanimar a economia e criar postos de trabalho. Ou seja, com um euro estamos a cumprir três objetivos”.

E sobre a questão do emprego, António Costa lembrou que um dos sectores mais atingidos pela crise económica é o do turismo e sugeriu uma solução a esses desempregados: “Com formação, podem ser facilmente reconvertidas para continuar a trabalhar com pessoas, agora nas instituições sociais”.

Na cerimónia no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), foi à ministra Ana Mendes Godinho que coube fazer o anúncio do reforço do programa de apoio de emergência aos equipamentos sociais, coordenado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e também do



PARES 3.0.

A medida anunciada resulta, segundo a a ministra da Solidariedade, de um trabalho conjunto e de parceria com as instituições do Sector Social Solidário, em curso desde março, quando teve início a pandemia em Portugal, mas defendeu que “esta resposta de emergência não esgota” o “horizonte de atuação” do Governo.

“Por isso, assumimos no Programa de Estabilização Económica e Social (PEES) a prioridade do investimento nos equipamentos sociais e hoje damos aqui um passo fundamental lançando o programa PARES 3.0, com 110 milhões de euros para alargamento

da rede de equipamentos, requalificação e melhoria da nossa capacidade coletiva de resposta social, dando prioridade a respostas sociais de apoio a idosos, creches e apoio à deficiência”, sustentou.

Do lado do Estado, os protocolos foram assinados pelos presidentes do Instituto de Emprego e Formação Profissional, António Valadas da Silva, e do Instituto da Segurança Social, Rui Fiolhais, enquanto do lado do Sector Social Solidário a responsabilidade coube ao padre Lino Maia, da CNIS, a Manuel Lemos, da União das Misericórdias Portuguesas, a Rogério Cação, da Confecoop, e a Luís Alberto Silva, da

União das Mutualidades Portuguesas.

MAREESS (MEDIDA DE APOIO AO REFORÇO DE EMERGÊNCIA DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS E DE SAÚDE)

O MAREESS é uma iniciativa que já colocou, à data de assinatura do protocolo, 6.200 pessoas a trabalhar em mil instituições de todo o país, mas o objetivo do Governo, como referiu a ministra Ana Mendes Godinho, “é colocar 15.000 pessoas e dar-lhes formação”.

O propósito é reforçar as instituições com 15 mil trabalhadores até dezembro, sendo que as que, a partir dessa data, os integram nos seus quadros de pessoal terão um bônus de dois salários mínimos.

Esta é uma medida, temporária e excepcional, que consiste no apoio à realização de trabalho socialmente necessário, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do Sector Social Solidário com atividade na área social e da saúde, durante a pandemia da doença COVID-19.

Podem candidatar-se as IPSS e equiparadas que “desenvolvam atividades na área social e da saúde, nomeadamente, serviços de saúde, hospitais, lares, estruturas residenciais ou serviços de apoio domiciliário para pessoas idosas e pessoas com deficiência ou incapacidade”.

PARES 3.0 (PROGRAMA DE ALARGAMENTO DA REDE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS)

Com a publicação da Portaria n.º 201-A/2020, de 19 de agosto, foi criada e regulamentada a nova e 3ª geração do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES 3.0).

Já o Programa de Estabilização Económica e Social (PEES) veio estabelecer as medidas adequadas para o período temporal subsequente ao estado de emergência e à situação de calamidade, entre outras medidas destinadas ao reforço do apoio às respostas sociais, estando prevista a criação de uma nova geração do Programa PARES.

“É reconhecido que o investimento em equipamentos sociais assume uma dimensão estratégica do desenvolvimento de Portugal, incorporando uma nova ambição de alargamento da rede de equipamentos sociais, sustentada em princípios transparentes e objetivos, com a finalidade de aumentar a capacidade instalada em respostas nas áreas de infância e juventude, pessoas com deficiência e população idosa, promovendo ainda maiores níveis de proteção, autonomia, inclusão e facilitação da conciliação da vida pessoal e familiar com a vida profissional”, pode ler-se no site da Segurança Social, onde é apresentado o PARES 3.0.

O programa tem um orçamento de 110 milhões de euros e ainda se aguarda o aviso de abertura de candidaturas.

Para já, sabe-se que são elegíveis para o PARES 3.0 as seguintes tipologias de projetos:

Tipologia 1: Projetos que criem novos lugares nas respostas sociais elegíveis, sem



prejuízo do previsto na Tipologia 3;

Tipologia 2: Projetos que visem a realização de obras em estabelecimentos de apoio social que revistam caráter de urgência ou quando se verifique a necessidade de adaptação de instalações e/ou substituição de materiais e equipamentos, em especial aquelas cujo deficiente funcionamento ponha em causa a segurança, o bem-estar e a qualidade dos serviços prestados, sem que se verifique um aumento da capacidade;

Tipologia 3: Projetos que visem a realização de obras de ampliação ou reabilitação em estabelecimentos com acordo de gestão e, cumulativamente, com cedência a título gratuito do edificado, em regime

de comodato, celebrado com o Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.), nos termos da alínea b) do artigo 21.º e do n.º 5 do artigo 23.º da Portaria n.º 196 -A/2015, de 1 de julho, na redação que lhe foi dada pela Portaria n.º 218 -D/2019, de 15 de julho.

2.2 — Tipologia 1/componentes do investimento:

2.2.1 — O financiamento, no âmbito da Tipologia 1 do PARES 3.0, destina-se a: a) Obras de construção de raiz; b) Obras de ampliação, remodelação, reabilitação e/ou reconstrução de edifício ou fração; c) Aquisição de edifício ou fração.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



Cinco recomendações para o novo Banco de Fomento

A ideia da criação de um Banco de Fomento não é nova. Uma das tentativas aconteceu em 2013 tempo em que propus ao governador do Banco de Portugal Carlos Costa a criação de uma entidade que pudesse ser o interlocutor único com instituições europeias, que tinham decidido substituir o método de financiamento ao investimento baseado no puro subsídio, pela via do empréstimo. Carlos Costa apoiou a ideia, mas sugeriu que a proposta teria de partir do governo. Falei com o Ministro Vítor Gaspar que acolheu a iniciativa com grande entusiasmo, criou um grupo de trabalho, que incorporei e que produziu vários documentos com elevado grau de detalhe.

O assunto foi trabalhado politicamente com a administração alemã, a ponto da Chanceler Merkel, numa visita a Portugal, e sem que ninguém lhe tivesse perguntado, ofereceu o apoio do maior banco público alemão (KfW) para colaborar na criação e desenvolvimento da atividade do Banco de Fomento.

Com a saída de Vítor Gaspar o projeto inicial não teve acolhimento por parte da sua sucessora no governo e acabou por nascer uma instituição débil e muito longe de ter condições para desempenhar o papel que os promotores da ideia inicial tinham concebido. Os resultados não foram brilhantes. Foram apoiadas apenas 2772 empresas, quando o tecido empresarial português é composto por cerca de 450 mil (apoiadas apenas 0,6% das empresas).

A outorga de fundos comunitários à criação e desenvolvimento de projetos privados envolve sempre riscos, um dos quais tem a ver com eventuais favorecimentos por parte do poder político. Quanto maior for o acompanhamento por parte de instituições como o KfW e o Banco Europeu de Investimentos (BEI) na decisão de financiamento de projetos, a consequência será que a intervenção política na decisão de financiamento desses projetos será severamente reduzida e, portanto, o risco do eventual favorecimento político será mitigado.

Assim, a minha primeira recomendação vai no sentido de nos órgãos decisores do Banco

de Fomento terem assento, como membros não executivos, individualidades de outras nacionalidades, designadamente representantes do KfW e do BEI. Este é um fator que pode contribuir para que a governação seja mais clara e transparente.

A segunda recomendação tem a ver com a realidade do nosso sistema financeiro que continua a definir as garantias dos créditos que concede na base de garantias reais, nomeadamente na terra e no que lá está construído. O Banco de Fomento terá aqui um papel essencial, qual seja o de se centrar na melhoria do acesso a financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento, investimento social e formação, que não são, na sua larga maioria, suscetíveis de apresentar as chamadas garantias tradicionais.

A terceira recomendação tem a ver com o encorajamento que o Banco de Fomento deve proporcionar aos investimentos no setor público, nomeadamente na área da formação

de quadros de elevado potencial. Este ponto é essencial porque a administração pública nos últimos anos perdeu muitos quadros de qualidade que não foram substituídos por outros de nível idêntico. Sem uma boa administração pública não será possível aproveitar a oportunidade que nos vai ser facultada através do acesso a tão vultuosos meios financeiros provenientes da União Europeia.

A quarta recomendação tem a ver com a relação do Banco de Fomento com a tutela. É claramente preferível que o Banco responda apenas a um Ministro e não, com já aconteceu no passado, ter de responder a vários.

A quinta recomendação tem a ver com a localização das instalações do Banco de Fomento, seguramente e bem no Porto, mas sugiro na Praça da Liberdade, nas instalações da delegação do Banco de Portugal. Seria uma decisão de acordo com a ambição que o Banco de Fomento tem de assumir perante os agentes económicos e sociais.



HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

Direitos Fundamentais – a Instrução Pública

1 - Passaram a 24 de Agosto último os 200 anos da Revolução do Porto, que instituiu em Portugal o Regime Constitucional, acabando com os privilégios de casta, ou de classe, base das monarquias absolutas, em que o poder do monarca não tinha freios nem contrapesos.

As Cortes, que até então reuniam os Três Estados, Clero, Nobreza e Povo, asseguravam a manutenção do estatuto e dos privilégios das classes possidentes, a Nobreza e o Clero, ficando fundamentalmente a cargo do Povo o encargo tributário.

Mantendo embora a Monarquia como forma de Regime, a Revolução triunfante do Porto, que depois se alargou a todo o País, mudou a fonte de legitimidade do Regime, que deixou de ser o direito divino, como era antes, para passar a ser a vontade do Povo, traduzida em eleições em que os eleitores eram todos iguais perante a lei – uma herança da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento estruturante da Revolução Francesa, que iniciou e influenciou as diversas revoluções europeias de transformação democrática do início do século XIX.

Esse período da História de Portugal, que vai de 1820 a 1910, ficou conhecido como Monarquia Liberal, ou Monarquia Constitucional, tendo terminado com a implantação da República, pela Revolução do 5 de Outubro de 1910.

O impulso que levou os burgueses e intelectuais do Porto a conspirarem para mudar o regime deve muito ao facto de a Família Real, sendo Rainha D. Maria I e Regente o Príncipe D. João, futuro D. João VI, ter fugido para o Brasil, aquando das Invasões Francesas – e de D. João VI ter gostado da mudança, a ponto de ter mudado a capital do Reino para o Brasil, onde pretendia ficar, mesmo após o fim da ameaça francesa, deixando os ingleses a mandar, em seu nome, em Portugal, sob a regência do General William Beresford.

A influência maçónica contribuiu largamente para os alicerces da Revolução; aliás, pouco antes, em 1817, fora executado, a mando de Beresford, o Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano, rito maçónico de influência francesa, General Gomes Freire de Andrade, acusado de conspiração para a mudança do Regime no sentido do que viria a ser a Revolução do Porto, 3 anos depois.

2 – Como já disse, este Regime, a Monarquia Liberal, durou até 1910, quando uma nova Revolução acabou com a Monarquia e instaurou o Regime Republicano.

Uma das principais bandeiras da República foi a Instrução Pública, que os intelectuais e políticos republicanos consideravam essencial para o desenvolvimento do País; tendo sido criado um Ministério, o da Instrução Pública, que perdurou até ao Estado Novo, que o substituiu, em 1936, pelo Ministério da Educação Nacional.

Foi também o Grande Oriente Lusitano uma das forças que influenciou as opções da República pela aposta na Instrução Pública como esteio do desenvolvimento de Portugal.

Prefiro o nome dado ao Ministério no tempo da República.

Com efeito, sou daqueles que entende que a Educação se recebe em casa, no seio da família;

deixando ao Estado o dever de nos assegurar a Instrução: a soma de conhecimentos e saberes que permitam a cada um de nós ter as mesmas oportunidades que os outros, independentemente do estatuto patrimonial ou cultural do meio de origem.

Não deixa de ser interessante anotar a mudança de nome – e correspondente mudança de perspectiva – operada por Salazar, Chefe do Governo, justamente em 1936, na sequência do Acto Colonial, de 1930, e da Constituição, de 1933, em que se estabeleceram com dignidade constitucional as bases ideológicas do Estado Novo.

Esta circunstância deve levar-nos a concluir pela natureza ideológica da Instrução – ou da Educação – Pública.

Cada Regime político procura pois moldar o sistema educativo, ou a instrução, segundo os valores ideológicos ou os princípios constitucionais que o conformam.

Trata-se de um fenómeno natural; estranho seria se assim não fosse.

O que não quer dizer que os que frequentam o sistema de ensino fiquem contaminados pelo caldo ideológico do modelo da ocasião.

Fiz a escola primária e quase todo o liceu durante o Estado Novo, e não fiquei fascista por isso.

(Ainda recordo a trilogia que figurava nos manuais escolares, de livro único, como emblema do regime: Deus, Pátria, Família; desenvolvida pelo próprio Salazar, num discurso que ficou célebre: “Não discutimos Deus e a virtude. Não discutimos a Pátria e a sua história. Não discutimos a autoridade e o seu prestígio. Não discutimos a família e a sua moral. Não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.”)

Todo este longo arrazoado a propósito de um assunto que vem ocupando com alguma acrimónia o mundo da informação, à volta dos conteúdos programáticos da disciplina de Cidadania, e que pode traduzir-se nesta pergunta: pode um pai de um aluno (as notícias nunca nos referem o que pensa a mãe) impedir esse aluno, seu filho, de frequentar uma disciplina do respectivo currículo, a pretexto de não concordar com os conteúdos programáticos?

Não ignoro que, bastas vezes, a bondade de um tema ou de um qualquer tópico acaba por sair beliscada pelo proselitismo dos seus defensores.

A quase absoluta ocupação do discurso público que se pretende à esquerda pelos temas ditos fracturantes – em regra, privilégio das elites urbanas – tende a fazer esquecer que as causas da esquerda deverão continuar a ser a da luta contra a exploração e a pobreza, pela valorização do trabalho e das forças produtivas, pela igualdade de oportunidades para todos, pela justiça social.

Mas, na verdade, o artº 13º, 2 da Constituição que felizmente nos rege estabelece que “Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”

E têm sido as desigualdades e o respectivo tratamento, em função da raça, do sexo, da orientação sexual ou do território e origem, a constituir os topos fundamentais do debate em curso.



A mesma ideia perpassa o artº 74º 2., ainda da Constituição; “O ensino deve contribuir para superação de desigualdades económicas, sociais e culturais, habilitar os cidadãos a participar democraticamente numa sociedade livre e promover a compreensão mútua, a tolerância e o espírito de solidariedade.”

A tolerância, quer dizer, o respeito pelo outro, virtude primeira das sociedades liberais, é o princípio constitucional que nos deve conformar o juízo sobre a igualdade de género e não-discriminação, sobre as políticas de integração e de imigração, sobre os direitos pessoais e familiares.

Ora, a citada disposição constitucional impõe que o Estado não só deva prosseguir políticas inclusivas mas deva impregnar o sistema de ensino dos valores e princípios constitucionais relativos à não-discriminação.

Há quem não goste? Paciência, não pode exigir do Estado que retire da sua proposta de ensino, universal e gratuito, valores constitucionalmente garantidos, a pretexto de discordância com tais valores.

3 – A propósito de direitos garantidos pela Constituição, já aqui tenho escrito em várias ocasiões sobre o que o país deve ao Serviço Nacional de Saúde e aos seus profissionais – designadamente num período como o que vivemos, a lutar contra um inimigo invisível.

Também ele é universal, geral e tendencialmente gratuito, como a Educação – ou a Instrução Pública.

É o que nos garante o artº 64º, 2 da Constituição.

Universal quer dizer que é de todos – também dos velhos.

E também dos velhos residentes em lares. Às vezes os jovens com uma linguagem mais espevitada parecem sugerir que dos velhos já passou o tempo, que já não pertencem ao presente.

Ainda há muito quem pense que os velhos, embora tenham pagado impostos durante a chamada vida activa, deixaram de os pagar após a reforma.

Ora, os impostos que pagam os velhos – e também os residentes nos lares – são exactamente os mesmos que pagam os novos que trabalham.

“Cives romani sunt”

Medidas que retirem aos velhos direitos que o SNS tem de assegurar de forma universal, geral e gratuita – mesmo que tal retirada conste de uma portaria; mesmo que fosse prevista numa lei – serão certamente inconstitucionais, ninguém lhes devendo obediência.

É o que tenho a dizer sobre Reguengos de Monsaraz, enquanto não soubermos os resultados das investigações feitas por quem tem competência para tanto, e não por quem representa uma das partes interessadas na contenda.

UDIPSS BEJA

Pandemia foi veículo de divulgação da existência da União Distrital

Até 2019 era o único distrito do país que não tinha União Distrital das IPSS. Entretanto, foi criada uma Comissão Instaladora, composta por cinco instituições, que tem funcionado a partir da Cáritas Diocesana de Beja.

A pandemia Covid-19 atrasou o processo de constituição da UDIPSS Beja, mas não parou o processo. Registada e legalmente instituída, a União Distrital, liderada pela Comissão Instaladora, presidida por Vítor Igreja, prepara o ato eleitoral de onde sairão os primeiros órgãos sociais, mas teve já um papel fundamental na defesa das instituições do distrito face ao ataque do novo coronavírus.

Nuno Farinha, representante da Cáritas na Comissão Instaladora, tem sido o elo de ligação às associadas da CNIS, e sublinha a notoriedade que a recém-nascida UDIPSS Beja granjeou durante o confinamento a que a Covid-19 obrigou.

“O que propusemos à CNIS é que, sendo uma organização nova e ainda nem todas instituições do distrito conhecem a existência da União, na próxima vinda a Beja para a explicação do Acordo de Cooperação, a que acorrem sempre mais instituições, então que fosse explicado o que pretendemos. Esse é o momento ideal para nos darmos a conhecer e lançar o ato eleitoral. Só que, entretanto, apareceu a Covid e isso não foi possível fazer”, explica Nuno Farinha, que acrescenta: “Apesar disso e de acordo com o fornecimento dos EPI enviados pela CNIS, a nossa ação tem sido mais conhecida e as pessoas já vão tendo noção de que existe uma União e, dentro de pouco tempo, virão participar na eleição, logo que seja possível”.

Dado a conhecer o processo eleitoral, espera-se a constituição de listas candidatas aos órgãos sociais, uma das quais será, certamente, saída da atual Comissão Instaladora.

Abrangendo um vasto território, no distrito de Beja há, atualmente, 60 IPSS filiadas na CNIS.

“Se a União fizer um bom trabalho, as que ainda não são, e que serão cerca de outras tantas, certamente entrarão também neste processo. Tudo passará pelo trabalho dos órgãos sociais eleitos e da vontade que estes tiverem em cativar essas IPSS que ainda não são associadas, oferecendo-lhes aquilo que elas precisam. É isso que elas querem, ou seja, cooperação, apoio jurídico e técnico, o que a CNIS fornece neste momento. No entanto, este apoio é diferente quando prestado do Porto ou prestado aqui na região”.

SOLIDARIEDADE - Como tem sido o processo desde a primeira reunião da qual saiu a Comissão Instaladora?

Nuno Farinha - Logo nessa altura, começámos a reunir com alguma frequência para tratar de diversos assuntos. Os primeiros meses foram dedicados às questões mais burocráticas, mas depois fomos confrontados com esta situação da Covid. De início, começámos por contactar as instituições para perceber exatamente o que se estava a passar. Contactámos as instituições para lhes dizermos que já existíamos,



para fornecer contactos e, de seguida, já em pandemia, o Centro Distrital da Segurança Social de Beja (CDSSB) pediu um interlocutor distrital e, então, integramos o grupo de trabalho para partilharmos os problemas das instituições. E foi nessa altura que passámos a ter um contacto direto com as instituições quase diariamente. E a primeira tarefa, perante a grande necessidade de EPI revelada pelas instituições, foi tentar arranjar EPI. Conseguimos alguns junto do CDSSB e, depois, os municípios também apoiaram muito nesta matéria. Neste processo servimos de interlocutor. Quando começaram a chegar os EPI enviados pela CNIS, as instituições tiveram uma boa reação, porque não estavam habituadas”.

Então, pode dizer-se que estes tempos de pandemia, que temos vivido, vieram mostrar que a existência da UDIPSS faz todo o sentido?

Nuno Farinha - As instituições reiteram, precisamente, isso. Há, de facto, uma lacuna neste território, porque as instituições de Beja quando precisavam de alguma informação o que faziam era comunicar com o padre Reis que reencaminhava as questões para a CNIS. No entanto, em termos de acompanhamento técnico, formação, divulgação de iniciativas que aconteçam no território não há nada. Quando uma instituição de Beja quer formação tem que ir a Évora. Só que o distrito de Beja vai até ao Algarve e até ao mar, pelo quem quiser ir a Évora faz, pelo menos, 150 quilómetros. As instituições até são poucas por quilómetro quadrado, mas o território é gigante. Haver uma estrutura intermédia no terreno que permita fazer passar a informação das instituições para o CDSSB ou para a CNIS e também para fazer pressão é essencial.

Vítor Igreja - Estamos a falar do que é mais utilitário, mas o que considero ser mais relevante e que constitui o maior desafio é o que há para fazer para além disso. A primeira dificuldade em qualquer

equipa que se constitua é a da disponibilidade para trabalhar todos os dias nisto e criar essa equipa é um desafio grande, porque os dirigentes já estão sobrecarregados com as suas instituições e a disponibilidade para desempenhar outra função nem sempre existe. O queremos fazer é criar uma equipa que esteja à altura das solicitações. Depois temos outros problemas, como a distância entre as nossas instituições e ainda as especificidades distritais que implica lutar muito para se conseguir fazer alguma coisa. Refiro-me, por exemplo, ao elevado desemprego e aos baixos rendimentos da maioria das famílias do distrito o que, em termos de participação familiar, é um problema para as instituições. A receita não é suficiente para suportarmos os aumentos salariais dos trabalhadores e todas as despesas de funcionamento. Os rendimentos no distrito de Beja são muito baixos, pelo que é necessário esclarecer quem negocia, no caso a CNIS, que Beja tem uma situação muito particular. E para conseguirmos prestar um bom serviço, o que a Segurança Social apoia não é suficiente. Estas situações específicas do distrito podem levar a que a União tenha um papel preponderante no encontrar de novas soluções para resolver estas dificuldades. Quero ainda relevar o papel da CNIS e do engenheiro Macário Correia que têm sido incansáveis em tentar que União vá para a frente, pois não faz sentido que este seja o único distrito a não ter essa estrutura intermédia. A CNIS tem-nos dado apoio efetivo, agora o resto cabe-nos a nós. Resta-nos eleger os órgãos sociais e depois justificar a existência da UDIPSS e trabalhar para a coisa funcionar.

Nuno Farinha - Agora temos um grande desafio à nossa frente. Já recebemos a solidariedade dos nossos vizinhos, principalmente de Évora e Setúbal, disponibilizando-se para apoiar em tudo o que precisássemos. E esta é uma ajuda preciosa porque eles têm anos de avanço em relação a nós.

UDIPSS SANTARÉM

Nova Direção quer mais proximidade e acrescentar valor às instituições associadas

A pandemia atrasou a tomada de posse dos novos órgãos sociais da UDIPSS Santarém, o que apenas aconteceu no passado dia 6 de junho. No entanto, a nova equipa já preparava o futuro, sem descurar o apoio às instituições na fase crítica da Covid-19 em Portugal e, em especial, no todo que implicou com a vida das IPSS.

A Direção foi totalmente renovada, sendo agora liderada por Hilário Teixeira, que transita da presidência do Conselho Fiscal.

Para vice-presidente entrou Fernando Ferreira, alguém que vem sector empresarial e que toma o seu primeiro contacto com o Sector Social.

“Queremos ser proativos”, avança o novo presidente que substituiu Eduardo Mourinha que esteve à frente da União 16 anos.

SOLIDARIEDADE - Depois de um consulado tão prolongado do anterior presidente da Direção, Eduardo Mourinha, como está e pretende a nova equipa diretiva abordar o futuro?

Hilário Teixeira - Como se sabe o senhor Mourinha foi presidente da Direção cerca de 16 anos e já antes havia sido vice-presidente, mas na prática já presidia à UDIPSS. Digamos que a União cresceu muito à sombra do senhor Mourinha e das equipas que o acompanharam. Eu, por exemplo, acompanhei-o como presidente do Conselho Fiscal desde 2004. Ele, agora, continua a acompanhar-nos, mas como presidente da Mesa da Assembleia Geral. Como somos pessoas diferentes, temos ideias diferentes, percursos profissionais diferentes e, por isso mesmo, pretendemos também um programa diferente. Se vai ser melhor ou pior, o futuro dirá, mas estamos animados de um espírito construtor de uma União que vise fazer aquilo que, na minha ótica, ainda não está desenvolvido nas instituições a nível do país. Ou seja, a noção de que unidas as instituições têm muita força, muita capacidade de intervenção e na sua força reivindicativa perante o Estado. E o que pretendemos é articular as 186 IPSS associadas do distrito. Há ainda duas ou três dezenas que não são associadas, mas que iremos auscultar para saber se querem aderir à União, e procurar criar sinergias em todos os domínios de atividade das IPSS.

E como pensam cativar essas instituições?

Hilário Teixeira - Estamos a fazer um levantamento das instituições em causa e vamos analisar caso a caso para ver em que podemos ajudá-las.

Neste ambiente da Covid-19, a distribuição de EPI deu mais visibilidade à UDIPSS?

Hilário Teixeira - Também, porque esse foi, talvez, o problema que se pôs às instituições com mais acuidade, ou seja, a falta de EPI. Por força do carácter universal da pandemia, houve inicialmente alguma falta desses equipamentos, mas a União a par de outras autoridades e entidades



foram atenuando a situação e não houve problemas de maior. Foi ainda criada uma equipa a nível distrital e a técnica da União foi tendo conhecimento dos casos nas instituições e foi fazendo a ponte com as autoridades de Saúde. De resto, não tivemos grandes casos, houve três instituições com pequenos surtos, mas rapidamente as autoridades tomaram mão da situação. Houve ainda mais alguns casos mais preocupantes, mas em lares ilegais. A pandemia também serviu para que as instituições vissem que tem que haver articulação de esforços entre todos.

Fernando Ferreira - A distribuição dos EPI deu visibilidade à UDIPSS junto das associadas, mas antes disso, e principalmente, esta mudança que estamos a iniciar começará por um reposicionamento estratégico da União perante as associadas, as candidatas a associadas e perante todos os parceiros com quem nos relacionamos. Mesmo que não tivesse havido Covid, esta mudança também assenta nessa necessidade de apoiar as instituições. A UDIPSS existe porque existem associadas e, como tal, tem que acrescentar valor ao valor das próprias associadas. Esta questão dita assim parece simples, mas tem alguma complexidade. Uma das preocupações e que temos discutido bastante, mesmo antes de tomarmos posse, é este reposicionamento da UDIPSS perante as associadas em termos supletivos, ou seja, o que é que cabe à União fazer em termos supletivos para, por um lado, acrescentar valor às associadas e, por outro, retirar-lhes algum ónus com apoio jurídico e com formação, por exemplo, que são áreas estruturantes de qualquer organização e que as associadas de per si têm mais dificuldade em fazer caminho. Acreditamos que compete à UDIPSS reforçar e dar mais apoio. Com este trabalho a notoriedade da UDIPSS, perante as associadas,

as não associadas e os parceiros, advém naturalmente. Por isso, prevemos que algumas dessas IPSS não associadas farão um caminho natural de integração, vendo as vantagens que poderão ter sendo associadas.

E que outras linhas de atuação têm pensadas para agregarem as instituições em torno da União?

Fernando Ferreira - A formação é um bom exemplo de aproximação às instituições, mas essa interação e interligação com as IPSS é outra das nossas linhas de atuação, porque realmente assim se justifica. Por exemplo, estamos a fazer as reuniões quinzenais de Direção de forma descentralizada, ou seja, nas instalações das próprias instituições. E estamos a fazer um «plus», isto é, estamos a convidar todas as associadas dos concelhos em que se realizam as reuniões a estarem presentes. Primeiro, para nos apresentarmos e comunicarmos de viva voz o que pretendemos fazer no futuro, mas também para ouvir e auscultar as instituições. Nesta fase, estamos mais a ouvir e menos a falar. E vamos para além disso, pois tencionamos que a nossa técnica faça a ponte com as instituições, não apenas entre elas e a UDIPSS, mas também de forma lateral entre as instituições. E dizer que nesta relação de proximidade estamos já a quebrar barreiras ao nível dos municípios. Já solicitámos reuniões a todos os municípios para nos apresentarmos e a reação surpreendeu-nos por excesso, pois foi muito boa a receptividade. Este será também um fator diferenciador da nossa ação. Estamos principalmente focados nas associadas, mas não só, pois sabemos que todos estes parceiros são essenciais neste trabalho de solidariedade.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

COVID

Z E R O



CONFORTO E SEGURANÇA NA SUA INSTITUIÇÃO

As soluções **COVID ZERO** apoiam a sua Instituição nesta fase de incerteza, garantindo a segurança dos seus utentes e colaboradores em locais limpos, seguros e confortáveis.

Prepare o regresso e garanta os melhores serviços de continuidade, proporcionando toda a segurança nas suas instalações.

TRIVALOR
Servimos bem-estar.

Rua da Garagem, Nº 10
2790-078 Carnaxide
(+351) 210 420 005
E-mail: covid.zero@trivalor.pt



CONTACTOS

covidzero.trivalor.pt



Avaliações de
risco e formação



Saúde e
segurança



Despistes
COVID-19



Limpeza e
desinfecção



Gestão
documental



Segurança
eletrónica



Equipamentos de
proteção individual
e coletiva



Entre outros

MINISTRA DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Não é tempo de discutir o aumento do salário mínimo

As centrais sindicais abordaram na reunião da Concertação Social o aumento do salário mínimo em 2021, mas a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social considera não ser este ainda o momento para se avaliar e discutir valores.

Apesar de o tema do aumento do Salário Mínimo Nacional (SMN) não constar da agenda da reunião da Concertação Social, os líderes da UGT e da CGTP colocaram-no em cima da mesa, sublinhando a necessidade de a remuneração mínima ser reforçada em 2021. A UGT, segundo adiantou Carlos Silva, vai propor ao seu Secretariado Nacional, uma proposta de aumento de pelo menos 35 euros e a CGTP reitera a proposta de que chegue aos 850 euros num curto espaço de tempo.

No final da reunião e questionada sobre o aumento do SMN em 2021, a ministra Ana Mendes Godinho não se alongou sobre o tema referindo que este não é o momento para avaliar e discutir valores, remetendo esta discussão para os “próximos tempos”.

“Não é este o momento para avaliarmos e discutirmos valores. Será no espaço da Concertação Social que essa matéria será debatida” referiu, precisando que a discussão dependerá

“também da evolução da situação económica e social”, assumindo a “importância crucial que a Concertação Social e o diálogo social tem neste momento no país”.

Numa segunda resposta sobre o SMN, Ana Mendes Godinho repetiu não ser esta a fase para tratar desta matéria, que será discutida em sede de Concertação Social “nos próximos tempos”.

Sem propor valores relativamente ao SMN, a UGT aproveitou a reunião para sinalizar “que há matérias que não podem passar ao lado” neste retomar dos trabalhos da Concertação Social após as férias.

Salientando ser “fundamental que o salário mínimo nacional avance”, Carlos Silva adiantou que não houve discussão de valores e que a proposta que pretende levar ao Secretariado Nacional da UGT, que se vai realizar em Aveiro em 23 de setembro, aponta para um aumento em 2021 igual ao de 2020 (35 euros) o que fará o SMN avançar para 670 euros.

Sem nomear o parceiro em causa, o secretário-geral da UGT disse ainda que após a sua intervenção, “houve uma resposta por parte de um dos parceiros empregadores” de que o momento é difícil e não se deveria falar de aumentos salariais.

“[Esse parceiro] está equivocado. Não digo quem é, mas não deixaremos de discutir o salário mínimo e a valorização dos salários”, afirmou Carlos Silva.

Afirmando que para a CGTP “é fundamental” que haja investimento na economia o que implica aumento geral dos salários e do salário mínimo e investimento nos serviços públicos, Isabel Camarinha reiterou a proposta que aponta para um aumento mínimo de 90 euros para a generalidade dos trabalhadores e para que o SMN avance para os 850 euros no curto prazo.

Questionada sobre o valor apontados pela UGT, a líder da CGTP considerou que “é manifestamente pouco”.

“Tem de ser um aumento substancial”, precisou referindo, que apesar de a CGTP não ter estabelecido um prazo para atingir os 850 euros, sendo esta uma das vertentes que aceita negociar, o aumento terá de ser “substancial”.

Sem se referir especificamente à questão do SMN para 2021, o presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), António Saraiva, afirmou que este é o momento para que todos se foquem em salvar postos de trabalho, o que passa pela qualificação e formação, e não em aumentos de rendimentos.

SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE DE 1995

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO. AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE IPSS

SECTOR ECONOMIA SOCIAL

- CONTABILIDADE ESNL
- IMOBILIZADO ESNL
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- UNIDADES DE SAÚDE
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORDENADOS

- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CONTROLO DE PRESENÇAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA
- TSR - Utentes
- TSR - Bancos
- TSR - Associados
- TSR - Rendas
- TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores
- PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)
- RECEITAS SEM PAPEL

entre outras

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

+ DE 40
APLICAÇÕES

+ DE 900
CLIENTES

100%
CLIENTES SATISFEITOS

GRÁTIS
DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO

MORADA
Rua dos Cutileiros, 2556
4835-044 Guimarães

TELEFONE | +351 | 253 408 326
TELEMÓVEL | +351 | 939 729 729

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt **tsr@tsr.pt**

ENCERRAMENTO DO LAR DE IDOSOS MANSÃO DE SANTA MARIA DE MARVILA, LISBOA

Idosos vão ser todos transferidos trabalhadores não vão para o desemprego

Os 79 trabalhadores do lar Mansão de Santa Maria de Marvila alvo de um despedimento coletivo vão poder ingressar na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, se assim o pretenderem, segundo anunciou o coordenador da direção regional de Lisboa do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP), Orlando Gonçalves. “[A Santa Casa] pretende já no início de setembro começar a chamar os trabalhadores para entrevistas para os conhecer e para ver os locais para onde poderão ir. Sabendo que vai abrir na Estrela um hospital da Santa Casa, em novembro, quer começar já a tratar desse ingresso dos trabalhadores para lhes dar formação”, realçou.

O sindicalista falava no lar, gerido pela Fundação D. Pedro IV, após cerca de duas horas de reunião com os trabalhadores alvo de despedimento coletivo. “No plenário que fizemos esteve a ser discutida a questão do ingresso, da possibilidade de ingresso dos trabalhadores na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de acordo com o compromisso assumido, anteriormente, em reunião com o Instituto da Segurança Social, com a vogal e o senhor provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa”, disse.

A 11 de agosto, o Estado foi responsabilizado pela Fundação D. Pedro IV pelo despedimento coletivo de 79 trabalhadores do lar Mansão de Santa Maria de Marvila, que acusava o Instituto de Segurança Social (ISS) de não cumprir obrigações financeiras contratualizadas.

Segundo Orlando Gonçalves, os trabalhadores que ingressarão na Santa Casa terão ainda

um aumento salarial. “Essa é a boa notícia para os trabalhadores, porque o salário mínimo que estes trabalhadores aqui tinham era de 645 euros, lá [na Santa Casa] o salário mínimo é de 675 euros. Há aqui uma valorização, mas também há uma série de direitos. Aqui trabalhavam 37 horas semanais, lá todos os trabalhadores vão trabalhar 35 horas”, referiu.

Entretanto, a Fundação D. Pedro IV assinou um “Protocolo de Compromisso” com o Instituto da Segurança Social (ISS) que acautela uma solução estável até à transferência de todos os idosos que ainda permanecem no lar.

“Foi estabelecida uma prestação de serviços da fundação na mansão até ao final do mês de setembro”, adiantou o presidente do Conselho de Administração da Fundação, Vasco Canto Moniz.

De acordo com Vasco Canto Moniz, foi possível encontrar soluções para “retirar com tranquilidade” os cerca de 80 idosos — de cerca de 130 — que ainda se encontram no lar Mansão de Santa Maria de Marvila.

“Pensamos que tudo estará resolvido até ao dia 26 de setembro. É, pelo menos, esse o nosso objetivo e o da Segurança Social também”, apontou, ressaltando que o lar foi entregue formalmente ao Instituto da Segurança Social”.

O encerramento do Lar Mansão de Santa Maria de Marvila foi decidido pelo Governo depois de a Fundação D. Pedro IV, que gere o lar em Lisboa, ter denunciado o contrato com o ISS por considerar que aquele instituto não está a cumprir com as obrigações financeiras contratualizadas.



“Desde 2014 que vamos fazendo reclamações sobre o estado do imóvel e as condições para as pessoas que nele habitam. Foi-nos inclusive retirada uma verba de 700 mil euros que era crucial desenvolver o trabalho”, referiu Vasco Canto Moniz.

Em causa está um protocolo de gestão assinado em 2004 entre a fundação proprietária do lar, e que tem estatuto de instituição particular de solidariedade social (IPSS), e o Instituto de Segurança Social (ISS).

O referido protocolo identificava um conjunto de obras necessárias à conservação do edifício e previa o seu financiamento com verbas do Estado.

O lar tem cerca de 140 utentes que estarão a ser colocados em outros lares com protocolo com o Estado.

ASSOCIAÇÃO PARA O BEM-ESTAR INFANTIL, VILA FRANCA DE XIRA

IPSS reestrutura dívida de 5 milhões de euros e evita despedimento de 230 funcionários

Uma instituição particular de solidariedade social (IPSS) de Vila Franca de Xira, com uma dívida de cinco milhões de euros, conseguiu evitar o despedimento dos 230 funcionários depois de ver aprovado um plano de reestruturação das dívidas.

Em causa está a Associação para o Bem-Estar Infantil (ABEI), uma IPSS criada em 1975 que dá resposta nas áreas de creche e pré-escolar, a mais de 700 alunos, e que dispõe de quatro centros de acolhimento temporário para crianças e jovens em perigo e uma unidade de cuidados continuados integrados.

Em declarações à agência Lusa, O diretor da ABEI, Miguel Branco, explicou que quando tomou posse há um ano a situação da IPSS “era extremamente grave” e que estava em risco não só o fim do trabalho desenvolvido no concelho de Vila Franca de Xira (distrito de Lisboa),

como o despedimento dos 230 funcionários da instituição.

“A ABEI é um dos maiores empregadores de Vila Franca de Xira. Despedir estas pessoas seria um drama. Felizmente, conseguimos encontrar um mecanismo que foi o PER [Plano Especial de Revitalização] que nos permitiu manter todos os postos de trabalho”, apontou.

A IPSS tem uma dívida acumulada de cinco milhões de euros, sendo a maior parte (quatro milhões) a credores bancários e a restante à Segurança Social.

“Após ano e meio de trabalho intenso conseguimos aprovar o PER com 94% de votos favoráveis entre todos os credores. É sem dúvida uma excelente notícia, ainda para mais tendo em conta que vivemos um tempo de pandemia”, destacou.

Miguel Branco explicou que a aprovação do

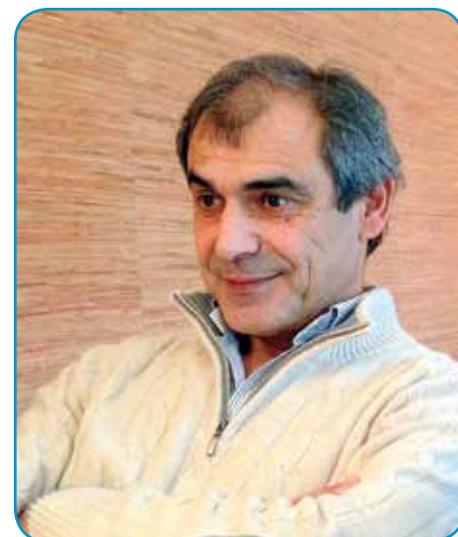
PER permite estender o prazo de pagamento da dívida aos credores e uma amortização crescente das prestações, possibilitando à instituição “ter margem para introduzir alterações ao seu modelo de gestão”.

“É sem dúvida uma grande vitória, pois a ABEI ganhou aqui uma nova vida e pode recuperar de forma sustentável”, sublinhou.

Além de ter conseguido manter todos os funcionários, sem lhes cortar rendimento, a ABEI pretende “alargar a sua resposta a mais famílias do concelho de Vila Franca de Xira”, através de parcerias com o município.

“Temos vários projetos, como o alargamento das refeições escolares e o projeto ‘Escola a Tempo Inteiro’. Também pretendemos requalificar e rentabilizar alguns equipamentos, sobretudo aqueles que se encontram devolutos”, referiu.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



As gigantes da tecnologia: Um mundo dividido em dois? Ou em três?

Em tempos dediquei este espaço de opinião à análise dos problemas que a emergência das gigantes da tecnologia está a colocar às sociedades modernas e, nomeadamente, a ameaça sobre a saúde das democracias liberais.

Os sonhos libertários e utópicos dos criadores da internet, ou seja, um meio de comunicação universal, não hierárquico, livre e democrático, transformaram-se em pesadelo distópico com a emergência das colossais empresas da chamada era tecnológica.

O pesadelo manifesta-se em muitas frentes a começar pela estrutura do mercado de capitais. As GAFA (google, amazon, facebook e apple) valem mais de 25% do índice S&P 500.

Não há nenhum critério, a não ser pura exuberância irracional, que justifique uma tal concentração de riqueza. Por mais lucrativas que sejam essas empresas, para justificar as atuais valorizações, seria necessário pressupor que a situação social e económica, gerada pela pandemia da covid-19, estaria para durar muitos e muitos anos.

Sabemos que, felizmente, não será assim. Ou pela via de vacinas eficientes ou pela via terapêutica, a vida voltará ao normal num futuro não muito distante.

Por outro lado, os resultados das gigantes da tecnologia são rendas cobradas sobre duas coisas: a) - externalidades de rede que geraram monopólios não naturais; b) - incapacidade, até agora, das autoridades políticas, sobretudo nos Estados Unidos, de quebrar a espinha a monopólios artificiais.

As soluções para a situação atual não são simples, mas existem, conforme tentei demonstrar nos meus textos - assim haja coragem política. Que, apesar de tudo, vamos tendo na Europa, mas não existe nos Estados Unidos.

Desde os primeiros textos muita água passou por baixo das pontes, contudo, os meus receios não só não de desvaneceram, como, por outro lado, desenvolvimentos recentes, os vieram agravar e muito.

Uma das linhas de defesa das gigantes da tecnologia é o mito da autorregulação. A ideia é que a sociedade saberá, com o tempo, distinguir o trigo do joio e a própria dinâmica do capitalismo forçará, mais tarde ou mais cedo, o surgimento de concorrência real.

Acontece que um facto recente demonstra à sociedade que, se esperamos pela autorregulação para resolver o problema, é melhor pedir uma cadeira para esperar sentados.

Depois da morte de George Floyd, assassinado, como muitos outros cidadãos de cor negra, às mãos de polícias com demasiada autoridade e pouco controlo, gerou-se um movimento global de repúdio por práticas racistas,

nomeadamente ao nível dos poderes policial e judicial.

A Facebook, como de costume, muito mais interessada em gerar receitas publicitárias que em cuidar da higiene dos conteúdos que circulam pela rede social, não teve qualquer cuidado em filtrar as mensagens de ódio e discriminação racial que enxamearam a rede.

Algumas empresas começaram a ficar incomodadas em ver publicidade sua ao lado de mensagens claramente racistas e xenófobas e decidiram cortar o investimento publicitário na Facebook.

Começou com o suspeito do costume, a Unilever, depois uma série de grandes nomes do capitalismo anunciaram a intenção de deixar de investir na rede social.

O melhor da autorregulação a funcionar, certo!? Privá-los do dinheiro deve ser a melhor forma de os vergar, imaginamos.

Só que tudo isto tem de ser lido “cum grano salis”.

Desde logo este suposto “boicote” à Facebook deu imenso jeito a algumas corporações capitalistas em tempo de cortes nos orçamentos publicitários. Poupar em publicidade em tempos difíceis e ainda por cima exibir elevados padrões morais e éticos é seguramente oportuno, talvez a melhor publicidade que se pode fazer nestes tempos conturbados.

Depois, olhando para as contas da Facebook do segundo trimestre verificamos que os eventuais cortes nos grandes orçamentos publicitários das corporações capitalistas na facebook foram menos que picadela de mosquito.

Apesar dos cortes, as receitas publicitárias da Facebook cresceram 10% no segundo trimestre de 2020 comparando com o trimestre homólogo de 2019. Podem boicotar à vontade dirá Marck Zuckerberg...

A coisa não vai lá com autorregulação, só irá com vontade política forte.

Recentemente os CEO das GAFA foram ouvidos no Senado dos Estados Unidos, onde, apesar de tudo, algum consenso bipartidário se vai construindo sobre a necessidade de pôr mão nos excessos das empresas. Esperava-se um massacre sobre os CEO, mas o que finalmente saiu foi uma mão cheia de nada e outra plena de coisa nenhuma. O mais que os CEO ouviram foi uma vaga sugestão de que têm poder a mais...

O que parece claro é que, enquanto perdurar a atual cizânia, política e partidária nos Estados Unidos, enquanto perdurar o clima de guerra cultural promovida por Donald Trump, será muito difícil fazer o que quer que seja neste domínio.

O que nenhum de nós poderia imaginar há um ano é que a tecnologia se pudesse transformar numa arma de arremesso na luta pela

predominância global que atualmente se desenvolve entre os EUA e a China.

A coisa começou com o boicote americano à Huawei com base em supostos receios de espionagem por parte da China.

Não sei dizer se os receios relativamente à espionagem são reais ou meros fantasmas, também eles politicamente oportunos.

O que sabemos é que, aos poucos, algumas democracias ocidentais vão aderindo à ideia do boicote. O Reino Unido já decidiu excluir a Huawei do fornecimento de componentes para o sistema 5G a partir de dezembro de 2020, outras estão a ponderar o tema. A França, sempre circunspecta, está a fazer o mesmo, mas sem causar ondas...

Naturalmente que a decisão de muitas democracias ocidentais, mesmo que não acreditem no fantasma do perigo chinês agitado por Donald Trump, será baseada em critérios político-económicos, ou seja, no balanço entre a importância das relações comerciais com a China e a possibilidade de, com base num protecionismo encapotado, promover os campeões europeus que podem substituir a Huawei - a Nokia e a Ericsson.

Seja como for temos o mundo dividido em matéria dos sistemas de telecomunicações do futuro - de um lado os padrões chineses e de outro o que sair da constelação de decisões das democracias ocidentais.

Só que a fúria anti chinesa de Donald Trump parece não ter limites - agora virou-se para os operadores de internet chineses que vão sendo utilizados por cidadãos americanos, nomeadamente a Tik Tok e a WeChat.

Em relação à Tik Tok, Donald Trump concedeu um tempo para que a proprietária da plataforma, a ByteDance, venda as operações americanas ou, não o fazendo, enfrente o banimento dos Estados Unidos, puro e simples. Em relação à WeChat, que pertence ao gigante chinês Tencent, foi dado um prazo para que as empresas americanas cessem toda e qualquer relação comercial com a plataforma.

Onde isto vai levar parece óbvio - a divisão da internet em dois mundos separados, um no ocidente e outro na esfera de influência chinesa.

Porventura, no mundo ocidental também veremos uma linha de fratura entre a Europa e o mundo de influência americana.

Embora possamos estar a assistir ao fim sonho utópico dos criadores da internet, as divisões que se anunciam podem, por estranho que pareça, ser essenciais para salvar a democracia liberal tal como a conhecemos.

Fica para uma próxima crónica.



Sogenave, Juntos na Resposta Social

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de um vasto cabaz alimentar e não alimentar em todo o território nacional, e **há mais de 45 anos que servimos instituições de solidariedade social.**

Esta experiência permite-nos **ter a solução perfeita para as vossas necessidades específicas**, o que nos torna o vosso **parceiro ideal**, ajudando-vos a prestar um serviço cada vez melhor e mais humano a quem mais necessita.

Como podemos ajudar?

- > **Abastecimento de Cabaz Alimentar e Não Alimentar**
 - Alimentar: Mercearia, bebidas, lacticínios, frutas, legumes, carne e peixe
 - Não Alimentar: Descartáveis, papéis, palamenta, fardamento
- > **Elaboração de Cabazes e Kits**
 - Cabazes, lunch boxes, cestas básicas para famílias
- > **MENU DESIGN - Propostas e Gestão de Ementas**
 - Elaboração de ementas validadas por nutricionistas e com captações adequadas
 - Sugestão de encomenda com base na ementa que permite melhor controlo de custos
- > **Produtos de Higienização e Desinfecção**
 - Gama completa de produtos de higienização, lavagem de têxteis
- > **Equipamentos de protecção para COVID-19**
 - Equipamentos de Protecção Individual, equipamentos, kits individuais/visitante
- > **Equipamentos e Projetos para Cozinha Profissionais**
 - Soluções pensadas de raiz, desde o planeamento do espaço à escolha e instalação de equipamento
 - Venda isolada de equipamento de cozinha



Contacte-nos agora e descubra como o podemos ajudar!

marketing@sogenave.pt
www.sogenave.pt



SOGENAVE - Sociedade Geral de Abastecimentos
à Navegação e Indústria Hoteleira, S. A.





Raio de vida...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

OMS condena desvalorização da morte de idosos por Covid-19

O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) condenou a desvalorização da morte de idosos por covid-19, considerando o falecimento dos mais velhos “uma bancarrota moral” e que é preciso “cuidar uns dos outros”.

Tedros Adhanom Ghebreyesus, na habitual videoconferência de imprensa transmitida da sede da OMS, em Genebra, na Suíça, afirmou que “a morte dos nossos idosos é uma bancarrota moral”, enfatizando que “aceitar que a morte dos idosos não é tão importante é a maior baixa moral”. “Não podemos permiti-lo, temos que cuidar uns dos outros”, sustentou.

O dirigente da OMS recordou ainda, para os que minimizam os efeitos da pandemia e saem à rua em protesto contra as restrições e sem proteção, que o coronavírus que causa a doença respiratória covid-19 “é real, muito perigoso, tem bastante capacidade de propagação e é letal”. “Temos de fazer tudo ao nosso alcance para nos protegermos e para protegermos os outros”, acentuou, reiterando o apelo à solidariedade de todos os países para travar a pandemia.

Segundo Tedros Adhanom Ghebreyesus, será necessário “remar na mesma direção para pôr fim a este vírus fatídico”. O “equilíbrio” entre a reabertura das economias e a proteção da saúde, ainda que “frágil, é possível”.

Para o diretor-geral da OMS, se o risco de transmissão do vírus “é elevado”, o “melhor é evitar eventos de massa”. Deu como exemplo os jogos de futebol, que, em seu entender, devem continuar a disputar-se nos estádios à porta fechada.

7 MIL PROFISSIONAIS DE SAÚDE MORRERAM

Mais de sete mil profissionais de saúde já morreram em todo o mundo após terem sido infetados com covid-19, o que revela “uma crise a uma escala impressionante”, concluiu uma nova investigação da Amnistia Internacional.

O México é o país que encabeça a lista, com pelo menos 1.320 vítimas, seguido dos Estados Unidos (1077) e Reino Unido (649), revela o comunicado da Amnistia Internacional.

Já nações como a Índia (573) e África do Sul (240) “apresentam mais casos nos últimos meses” de vítimas mortais de profissionais de saúde infetados.

Para o responsável da Justiça Económica e Social da Amnistia Internacional, Steve Cockburn, “a morte de mais de sete mil pessoas enquanto tentavam salvar outras vidas é uma crise a uma escala impressionante”.

“Todo o profissional de saúde tem o direito de estar seguro no trabalho e é um escândalo que tantos estejam a pagar o preço mais elevado”, sublinha.

Steve Cockburn alerta ainda que “tantos meses depois do início da pandemia, os trabalhadores da saúde continuam a morrer a níveis terríveis, em países como México, Brasil e EUA”.

“A rápida disseminação das infeções na África do Sul e Índia mostra a necessidade de todos os Estados agirem”, aponta.

“Deve haver cooperação global para garantir que todos os profissionais de saúde recebem equipamentos de proteção adequados, para que possam continuar o seu trabalho vital sem arriscar as próprias vidas”, conclui Steve Cockburn.

Em 13 de julho a Amnistia Internacional tinha divulgado um relatório onde registava a morte de mais de três mil trabalhadores de saúde por covid-19.

Agora, o relatório mais recente desta organização aponta que os últimos números “são impulsionados pelo aumento das taxas de infeção em vários locais, bem como pela disponibilidade de novas fontes de dados”.

O documento realça ainda que os dados nem sempre podem ser

diretamente comparáveis devido aos diferentes métodos de recolha usados e às definições dos profissionais de saúde usadas nos vários países.

“É também provável que estes números correspondam a uma estimativa significativamente mais baixa, graças à subnotificação dos casos pelas autoridades nacionais”, atira ainda.

O relatório da Amnistia Internacional explora ainda a situação da pandemia no Brasil, onde pelo menos 634 trabalhadores de saúde morreram infetados com covid-19.

Segundo a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), os profissionais de saúde reclamam a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), a falta de protocolos claros para o tratamento das infeções, a ausência de suporte de saúde mental ou os contratos precários para os trabalhadores recrutados em caráter de urgência, revela o documento.

A investigação da Amnistia Internacional foi realizada através da análise de dados relativos a mortes entre profissionais de saúde, obtidos através de várias fontes.

“As fontes incluem obituários, figuras governamentais, listas compiladas por associações médicas nacionais e listas e obituários publicados na comunicação social em todo o mundo”, explica o relatório.

Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL